

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE**

DENISON FERREIRA DA SILVA

**AS DIFICULDADES PARA SE “PASSAR O BASTÃO”: perspectivas da sucessão da
propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de Campos
Gerais/MG**

ARARAQUARA - SP

2017

DENISON FERREIRA DA SILVA

**AS DIFICULDADES PARA SE “PASSAR O BASTÃO”: perspectivas da sucessão da
propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de Campos
Gerais/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da Universidade de Araraquara – Uniara, como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Ribeiro

ARARAQUARA-SP

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

S579d Silva, Dênison Ferreira da

“As dificuldade para se passar o bastão”: perspectivas da sucessão da propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de Campos Gerais/MG/ Dênison Ferreira da Silva. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

104f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Maria Lúcia Ribeiro

1.Agricultura familiar. 2. Sucessão. 3. Hereditariedade. I. Título.

CDU 504.03

Dedico este trabalho a minha mãe Maria do Carmo Ferreira Silva (in memoriam) por ter insistido incansavelmente para que eu realizasse o seu sonho de me ver mestre, e ao meu pai Itajaibi Santos Fidelis da Silva pelos risos nos bons momentos como também nas lágrimas em momentos difíceis que o curso da vida determina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela provação de ter suportado o desafiador caminho;

A minha orientadora Professora Dra. Maria Lucia Ribeiro carinhosamente conhecida como Bilú por ter coragem de aceitar a condução desse trabalho;

Ao Professor Dr. Henrique Carmona Duval por ter compartilhado suas ideias e auxiliado incansavelmente na construção do trabalho;

A Professora Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante pela grande humildade e contribuição valorosa no trabalho;

A minha família, Pai, Mãe, irmão e vó pela força;

As famílias participantes das Comunidades Rurais da Capoeirinha e Dois Paus, pois sem eles não era possível a realização do trabalho;

Aos amigos que fiz nas Comunidades Rurais em especial ao Sr. Oliveira, Luizinho e Rômulo (Galo).

Aos amigos de curso pelas trocas de conhecimentos,

A Professora Dra. Juliana Aparecida Candido da Silva pela grande ajuda nos momentos difíceis;

As funcionárias Ivany e Silvia que sempre resolvem os problemas com toda presteza possível;

A CAPES pela bolsa concedida,

A querida UNIARA pelo acolhimento juntamente com a cidade de Araraquara no qual sou eternamente grato.

RESUMO

Este trabalho tem como tema principal a hereditariedade e a sucessão da propriedade na agricultura familiar. Fizeram parte da pesquisa dez famílias do município de Campos Gerais/MG, sendo cinco da comunidade da Capoeirinha e cinco da comunidade Dois Paus. Teve-se como objetivo investigar as situações e as estratégias das famílias quanto à sucessão e às perspectivas dos futuros herdeiros em continuar na atividade cafeeira. A seleção de cinco propriedades em cada comunidade foi baseada nos aspectos e características relevantes para uma pesquisa qualitativa, com foco nas similaridades e diferenças entre as famílias. Foram observados aspectos como as condições geográficas de relevo, em áreas planas e outras com declive, facilitando ou dificultando a atividade agrícola, bem como a renda, as formas de comercialização e a diferença entre as famílias com relação à ocupação dos descendentes. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema e foram aplicados questionários com as famílias das comunidades. As anotações em diário de campo, durante as visitas às comunidades, permitiram conhecimento mais detalhado e rico do objeto de estudo. Pôde-se verificar que, nas comunidades Capoeirinha e Dois Paus, não há explicitamente qualquer tipo de planejamento para a passagem da posse da propriedade, pois existe resistência das famílias em tratar da morte e discutir a continuidade da família na gestão da propriedade. No entanto há evidências de que a sucessão, entendida enquanto um processo, se expressa em situações que indicam como as estratégias para isso são desenhadas historicamente. Os herdeiros são condicionados, desde a infância, às rotinas de trabalho na propriedade familiar, assim como à estrutura administrativa e decisões. Mesmo não havendo a passagem formal da terra aos sucessores, estes sempre são cobrados pelos resultados da produtividade e são manifestados, por parte dos pais, os desejos pela continuidade da propriedade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; sucessão; hereditariedade.

ABSTRACT

This work has as its main theme the heredity and succession of property in family agriculture. Ten families from the municipality of Campos Gerais / MG, five from the Capoeirinha community and five from the Dois Paus community were part of the study. The objective was to investigate the situations and the strategies of the families regarding the succession and the prospects of the future heirs to continue in the coffee activity. The selection of five properties in each community was based on the aspects and characteristics relevant to a qualitative research, focusing on the similarities and differences between the families. Aspects such as the geographical conditions of relief were observed, in flat areas and others with slope, facilitating or hindering the agricultural activity, as well as the income, the commercialization forms and the difference between the families in relation to the occupation of the descendants. A bibliographic survey was carried out on the subject and questionnaires were applied with the families of the communities. Field diary annotations during the visits to the communities allowed a more detailed and rich knowledge of the object of study. It could be verified that in the communities of Capoeirinha and Dois Paus, there is no explicit planning for the passage of ownership, as there is a resistance of the families in dealing with death and discussing the continuity of the family in the management of the property. However, there is evidence that succession, understood as a process, is expressed in situations that indicate how the strategies for this are drawn historically. Heirs are conditioned, from childhood, on work routines in family property, as well as on administrative structure and decisions. Even if the land is not formally ceded to the successors, they are always charged for the results of productivity and the wishes of the parents for the continuity of ownership are manifested.

Key words: Family farming; succession; heredity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- População de Campos Gerais.	17
Figura 2- Delimitação aproximada das comunidades Capoeirinha e Dois Paus.	18
Figura 3- Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.	37
Figura 4- Mesorregiões do Estado de Minas Gerais e suas subdivisões em microrregiões. A microrregião de Varginha é representada pelo código 50.	38
Figura 5- Panorama da comunidade Capoeirinha.	40
Figura 6- Capela e galpão onde se realizam os encontros religiosos e comunitários da comunidade Capoeirinha.	40
Figura 7- Casa onde começou todo o núcleo populacional da comunidade Dois Paus	42
Figura 8- Casa auxiliar (abandonada) onde começou todo o núcleo populacional da comunidade Dois Paus.	43
Figura 9- Casa de armazenamento de mercadorias onde começou todo o núcleo populacional da comunidade Dois Paus.	43
Figura 10- Membros das famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.	45
Figura 11- Gênero dos sucessores das famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.	47
Figura 12- Idade dos casais das famílias participantes das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.	49
Figura 13- Idade dos sucessores das famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.	50
Figura 14- Grau de escolaridade dos casais das famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.	51
Figura 15- Grau de escolaridade dos sucessores das famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.	52
Figura 16- Ocupação dos casais das famílias participantes das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.	54
Figura 17- Sistemas produtivos (horta e pomar) das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A e B, plantação de abóbora. Em C, mamoeiro. Em D, pé de jiló. Em E e F, pé de abacaxi. Em G, pomar de frutas cítricas.	60

- Figura 18- Sistemas produtivos (horta e pomar) das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A, mangueira. Em B, horta de cebola. Em C, pé de seriguela. Em D, bananeira. **60**
- Figura 19- Sistemas produtivos (horta) das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A, plantação de vagem. Em B e D, plantação de couve. Em C, plantação de jiló. Em E e F, plantação de quiabo. **61**
- Figura 20- Sistemas produtivos (horta e pomar) das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A, plantação de batatas. Em B, figueira e pé de cana. **61**
- Figura 21- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Plantação de hortaliças para comercialização. **62**
- Figura 22- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Plantação de hortaliças para autoconsumo. **63**
- Figura 23- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A, preparo da terra, por meio de tração animal, com sulcador, para o plantio de feijão. Em B, preparo da terra, por meio de tração mecânica, arado, para o plantio de feijão. **64**
- Figura 24- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A, criação de suínos. Em B e C, criação de aves. Em D, produção de ovos. **65**
- Figura 25- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A, criação de suínos. Em B, criação de aves. **65**
- Figura 26- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A e B, proprietário tratando das aves. **66**
- Figura 27- Sistemas produtivos (piscicultura) das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. **67**
- Figura 28- Sistemas produtivos (piscicultura) das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. **67**
- Figura 29- Sistemas produtivos (área de secagem) das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. **68**
- Figura 30- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A, mecanização da colheita de café. Em B, área de secagem de café. **69**
- Figura 31- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Distribuição de calcário na lavoura de café. **69**
- Figura 32- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Cafezal. **70**

Figura 33- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Pé de café.	71
Figura 34- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Cafezal.	72
Figura 35- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Cafezal.	73
Figura 36- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Torrefação de café.	74
Figura 37- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Milho crioulo.	74
Figura 38- Fonte primária de produção de energia de propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. A lenha é muito utilizada nas comunidades rurais nos fogões à lenha.	75
Figura 39- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A, criação de bovinos. Em B, área de pastagem. Em C, criação de equinos. Em D, área de pastagem e criação de bovinos.	76
Figura 40- Almoxarifado de implementos e ferramentas de propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus.	76
Figura 41- Almoxarifado de implementos e ferramentas de propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus.	77
Figura 42- Modo de obtenção das propriedades das famílias na comunidade Capoeirinha.	78
Figura 43- Feira dos pequenos produtores na cidade de Campos Gerais, MG.	83
Figura 44- Feira dos pequenos produtores na cidade de Campos Gerais, MG.	83

LISTA DE QUADROS

Quadro1- Similaridades e diferenças das famílias das comunidades Capoeirinha e Dois Paus.	20
Quadro 2- Tendências à continuidade do jovem no campo.	34
Quadro 3- Taxas de fecundidade total, segundo as grandes regiões - 1940/2000	45
Quadro 4- Sistema Produtivo para Comercialização das Propriedades das Comunidades Rurais Capoeirinha e Dois Paus.	59
Quadro 5- Sistema Produtivo para Autoconsumo das Propriedades das Comunidades Rurais Capoeirinha e Dois Paus.	59
Quadro 6- Núcleos Familiares Participantes da Feira de Pequenos Produtores e Produtos Comercializados.	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
<i>OBJETIVOS DA PESQUISA</i>	15
<i>HIPÓTESES</i>	16
<i>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</i>	16
<i>Núcleos familiares pesquisados: apresentação de algumas singularidades das famílias</i>	17
<i>Coleta dos dados</i>	22
CAPÍTULO 1	24
<i>1.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO BRASILEIRO</i>	24
<i>1.2 SUCESSÃO</i>	28
<i>1.2.1 A sucessão e suas especificidades</i>	30
<i>1.3 O FUTURO DA PROPRIEDADE RURAL</i>	31
<i>1.3.1 Tendências dos proprietários</i>	34
CAPÍTULO 2	36
<i>2.1 MUNICÍPIO DE CAMPOS GERAIS</i>	36
<i>2.1.1 Caracterização da comunidade rural Capoeirinha</i>	39
<i>2.1.2 Caracterização da comunidade rural Dois Paus</i>	41
<i>2.2 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES RURAIS CAPOEIRINHA E DOIS PAUS</i>	44
<i>2.2.1 Componentes familiares</i>	44
<i>2.2.2 Gênero dos sucessores</i>	46
<i>2.2.3 Faixa etária dos casais</i>	48
<i>2.2.4 Faixa etária dos sucessores</i>	49
<i>2.2.5 Grau de escolaridade dos casais</i>	50
<i>2.2.6 Grau de escolaridade dos sucessores</i>	51
<i>2.2.7 Ocupação dos casais</i>	53
<i>2.2.8 Ocupação dos sucessores</i>	56
<i>2.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES DAS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES RURAIS CAPOEIRINHA E DOIS PAUS</i>	57
<i>2.3.1 Características do sistema de água das propriedades das famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus</i>	57

<i>2.3.2 Características dos sistemas produtivos e pluriatividade nas comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus</i>	58
<i>2.3.3 Características da obtenção das propriedades das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus</i>	77
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA, EXERCIDAS PELA EMATER NAS COMUNIDADES RURAIS CAPOEIRINHA E DOIS PAUS	79
CAPÍTULO 3	85
<i>3.1 SUCESSÃO NA COMUNIDADE RURAL CAPOEIRINHA</i>	85
<i>3.2 SUCESSÃO NA COMUNIDADE RURAL DOIS PAUS</i>	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE 1: Questionário semiestruturado guia para as entrevistas com os proprietários rurais.	99
APÊNDICE 2: Questionário semiestruturado guia para as entrevistas com os sucessores rurais.	103

INTRODUÇÃO

O declínio da população rural aparece em dados analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE; 2012), apresentando um corte de tempo de 12 anos 2001-2012; a população rural, que era de 16,20%, diminuiu para 15,17%. Observando esse mesmo corte de tempo, a população urbana apresenta um crescimento de 83,88%, em 2001, para 84,83% em 2012. Essa tendência no panorama estatístico vem ocorrendo também no Estado de Minas Gerais com a progressão dos moradores urbanos de 83,4% para 84,5%, à medida que houve recuo de 16,6% para 15,5% da população rural no mesmo período.

Essa queda pode ser atribuída ao possível processo da hereditariedade no campo, e, observando-se a transmissão da propriedade desde sua posse, assim como o recebimento por herança, podem se analisar a sucessão hereditária e sua fragmentação. Como observa Carneiro (2001, p.22), em contexto de sucessão tanto pode ocorrer a fragmentação da propriedade, como também pode favorecer a manutenção do patrimônio.

Um dado significativo sobre o declínio da população rural foi obtido no último censo agropecuário de 2006, apontando que o território brasileiro tem 5,2 milhões de estabelecimentos rurais e cerca de 29% foram obtidos por herança familiar (IBGE, 2006).

O motivo desse resultado implica na necessidade de um debate sobre os sucessores nas famílias dos produtores rurais, já que os dados apresentados apontam para um possível esvaziamento rural, como indicado por Abramovay (1992) ao afirmar que o Brasil é marcado, por um lado, como bem desenvolvido na questão da tecnificação agroindustrial e, por outro, ainda lida em determinadas regiões com o coronelismo e com a falta de políticas públicas de estruturação que possam colocar o agricultor familiar em condições de produzir e comercializar seus produtos. Deve-se ressaltar, também, que as dificuldades de acesso à educação e à saúde têm causado a expulsão dos camponeses para as cidades, buscando trabalho e renda, e desestimulado os jovens na continuidade da vida no campo, comprometendo a sucessão geracional. Podemos destacar que o possível esvaziamento rural compromete a sucessão familiar, visto que é necessária a permanência dos sucessores no campo para a continuidade da propriedade.

As tendências gerais para as propriedades familiares são a especialização em uma atividade, diminuindo-se a utilização da mão de obra familiar, ou partir para a venda ou

arrendamento. Esses proprietários atingem uma idade elevada, poderiam se aposentar pelos mecanismos do Instituto de Previdência Social (INSS) e ganhar um salário que talvez sustentasse a família e complementasse com a renda da própria atividade econômica. Nesse contexto, faz-se necessária uma análise sobre a questão sucessória das pequenas propriedades agrícolas, contribuindo para melhor entendimento e incrementando a literatura existente sobre os reais motivos do declínio da população rural na região de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

À medida que os herdeiros dos atuais produtores aumentam o seu nível de escolaridade, maior é a tendência de não permanecer como produtores. Outro fator é que os pequenos proprietários idosos, antes de falecer, transmitem a propriedade para os filhos porque venderão as terras, e os filhos os sustentarão, ou viverão da aposentadoria. Essa é uma hipótese para o destino das pequenas propriedades rurais. Na posse dos filhos, o que os filhos pensam da sucessão e que decisões estão tomando? Nesse contexto, o presente trabalho pretende analisar as perspectivas de sucessão entre produtores rurais do núcleo familiar de Campos Gerais e constatar se há planejamento para a continuidade da manutenção da propriedade na hipótese de ausência dos pais.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Este estudo objetiva investigar as perspectivas da sucessão familiar e a continuidade das famílias no campo em duas comunidades rurais no município de Campos Gerais/MG. Nesse contexto, pretendemos

- analisar a questão do planejamento para a continuidade no trabalho no campo por parte dos produtores rurais das comunidades Capoeirinha e Dois Paus do município de Campos Gerais MG;
- investigar as diferenças sociais das famílias nas propriedades selecionadas para o estudo;
- contribuir para a compreensão do processo sucessório na agricultura familiar de Campos Gerais/MG.

HIPÓTESES

Esta investigação aborda, em relação aos pequenos proprietários, a permanência, venda ou parcelamento da propriedade e a análise dos fatores que provocam essas ações. Os pequenos proprietários, sujeitos desta pesquisa, de composição familiar marcada por filhos dependentes por serem menores de 18 anos e também até mesmo com ensino superior completo, trabalham predominantemente com produção cafeeira, mas também com piscicultura e apicultura como atividades comerciais principais.

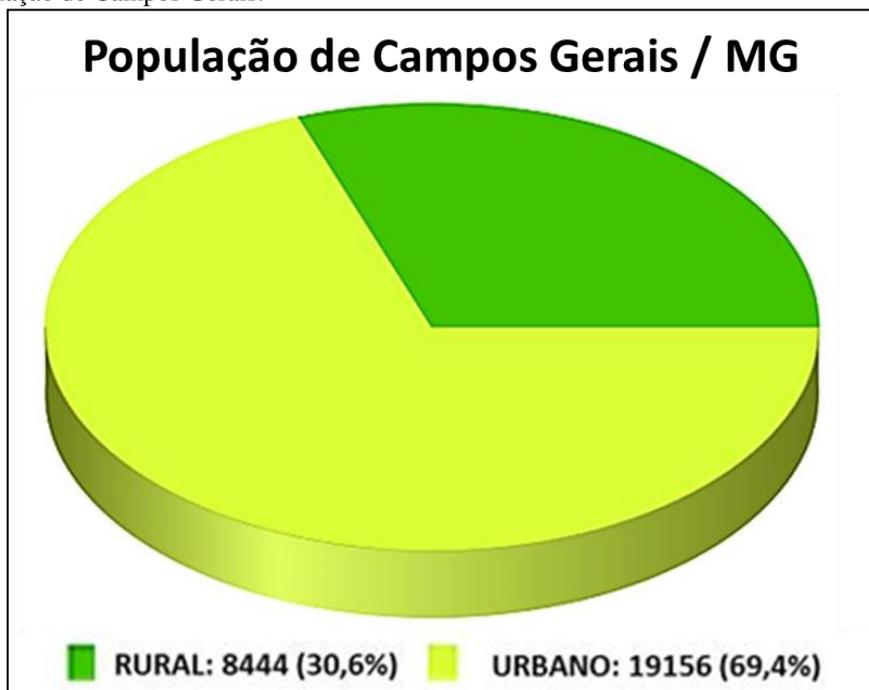
Neste trabalho quatro hipóteses foram levantadas:

1. a sucessão familiar ocorre harmoniosamente, em situação em que os agricultores com condições econômicas mais favoráveis garantem sua permanência na propriedade;
2. quanto à transmissão patrimonial da propriedade, entre os descendentes, há existência de acordo quanto à partilha;
3. a depender de situações específicas, a sucessão não ocorre e os descendentes migram do campo para as cidades e as propriedades são vendidas;
4. a sucessão familiar não é planejada e, portanto, só ocorre com a morte do proprietário.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os sujeitos da pesquisa foram cinco famílias de duas comunidades rurais (totalizando 10 famílias) de Campos Gerais, MG, onde vivem aproximadamente 3.620 famílias (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 2004). A população rural do município é formada por cerca de 8.444 habitantes, ou seja, 30,6% do total de habitantes do município, que é de 27.600 habitantes, segundo IBGE, censo 2010 (Figura 1). O município apresenta uma área territorial de 769,504 km², com cerca de 2.000 km de estradas vicinais e galhos de estradas com 5.000 propriedades, segundo a Secretaria de Agricultura da municipalidade.

Figura 1- População de Campos Gerais.



Fonte: Adaptado de IBGE, Censo demográfico de 2010.

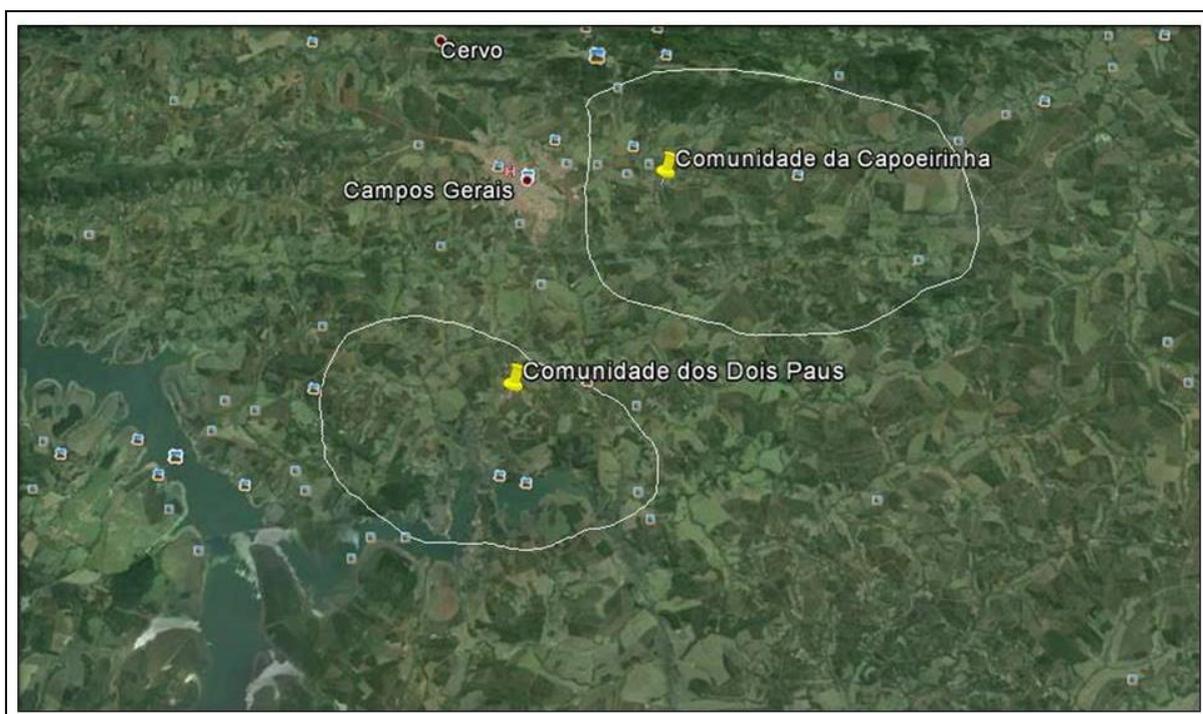
Núcleos familiares pesquisados: apresentação de algumas singularidades das famílias

Os núcleos familiares escolhidos para esta pesquisa são pequenos proprietários das comunidades da Capoeirinha e Dois Paus do município de Campos Gerais (Figura 2).

A procedência da escolha dessas localidades se deu por ali existirem exclusivamente agricultores familiares e possuírem uma diversidade produtiva grande e a utilização da mão de obra familiar. Além do mais as duas comunidades são as mais populosas do município que, segundo a paróquia Nossa Senhora do Carmo, de Campos Gerais, diocese de Campanha, possui 250 famílias ao todo.

Para a realização da construção da dissertação, houve uma série de percalços dos quais destacamos a dificuldade de chegarmos aos sujeitos da pesquisa. Como a cidade de Campos Gerais não possui quase nenhum levantamento de pesquisa (somente dados do IBGE e levantamentos extraoficiais da Prefeitura Municipal e Emater), o caminho a ser percorrido começa com uma estrutura bem influente, principalmente nas zonas rurais, que é a Igreja Católica Apostólica Romana.

Figura 2- Delimitação aproximada das comunidades: Capoeirinha e Dois Paus.



Fonte: Adaptado do *Google Earth*, 2016.

A influência da Igreja Católica dentro da estrutura social é muito forte, podendo ser detectada explicitamente como a religião oficial na primeira Constituição do Brasil de 1824. Observamos no artigo 5º que a religião católica encontra-se subordinada ao Estado, apresentando ampla influência social desde a Proclamação da Independência. Nas comunidades rurais o pároco tem grande autoridade, portanto, a maneira mais propícia para a seleção das famílias foi por meio dele. O pároco indicou os líderes comunitários das comunidades que possuíam as características desejadas para o trabalho, tais como o número de famílias da comunidade e a diversidade produtiva. Os líderes comunitários foram contatados e indicaram as propriedades no interior da comunidade.

Tivemos que ir a busca do pároco da cidade de Campos Gerais para a possibilidade de termos acesso aos sujeitos da pesquisa, já que geralmente quem reside na zona rural demonstra grande desconfiança quando da obtenção de informações. Após uma longa conversa com o pároco, ele forneceu o número de famílias de cada comunidade rural do município e nos chamaram atenção duas comunidades com os maiores números de famílias que eram a da Capoeirinha e a de Dois Paus.

Tentamos várias vezes autorização junto à diocese de Campanha para termos acesso ao Livro do Tombo, que tratava das rotinas do município antes da implantação oficial dos cartórios, só que não foi dada nenhuma resposta positiva à consulta do referido livro.

O pároco nos forneceu os contatos com os líderes das comunidades de cada localidade, mas o que motivou a indicação dessas pessoas aparentemente foi o bom relacionamento com os mesmos, apesar de não serem descartados os possíveis conflitos existentes dentro das localidades.

O pároco admite que há conflitos referentes às comunidades rurais e geralmente os líderes locais são escolhidos de acordo com a sintonia apresentada em relação à Igreja. O comprometimento com os trabalhos comunitários e as responsabilidades em si, para estimular a religiosidade da localidade, são levados muito em conta.

Fica evidenciado que, em termos de escolha de lideranças locais, a Igreja opta em fazer uma escolha pontual para, em primeiro lugar, manter sua grande influência, estimulada pela religiosidade, e mais adiante evitar qualquer rompimento de relacionamento entre moradores e a igreja.

Ao entrarmos em contato com os líderes locais, foi se consolidando aos poucos uma conversa articulada para expormos os objetivos da pesquisa e realizarmos a escolha das famílias, que apresentaram uma inclinação aos líderes comunitários que apresentavam um bom relacionamento com o pároco. Em função de o pároco indicar o líder comunitário para termos o acesso às famílias, este fez presente o direcionamento para as famílias que mais se alinhavam com a igreja e a liderança comunitária, não desabonando os objetivos da pesquisa.

Quando o líder local escolheu as outras famílias, objetivou as propriedades com diversidade produtiva, mas temos de perceber que as escolhas se deram em razão da boa relação entre o líder e as famílias indicadas.

Outra observação importante é que os líderes locais mostraram grande satisfação de apresentar suas famílias, mostrar todas as rotinas da propriedade rural, exibindo todo o seu trabalho de anos na propriedade, como se fosse um troféu por conseguirem sobreviver a todas as dificuldades que a vida lhes impôs.

Cabe ressaltar que a aplicação dos questionários foi realizada em período muito próximo à colheita do café, na qual é primordial toda a preparação para a colheita, o que ocasionou vários cancelamentos de levantamentos de dados pela dificuldade e escassez de tempo dos sujeitos da pesquisa.

As dez propriedades das duas localidades foram selecionadas pelos aspectos e características relevantes para a pesquisa como similaridades e diferenças, condições geográficas de relevo em áreas planas e outras com declive, facilitando ou dificultando a atividade agrícola, influenciando a renda e causando diferenças econômicas entre os atores da pesquisa (agricultores). O quadro 1 busca demonstrar um pouco dessas semelhanças e diferenças das famílias quanto às principais questões que norteiam a presente investigação.

Quadro1- Similaridades e diferenças das famílias das comunidades Capoeirinha e Dois Paus.

<i>Família</i>	<i>Origem</i>	<i>Trajatória ocupacional</i>	<i>Forma de aquisição da terra</i>	<i>Número de pessoas residentes</i>	<i>Número de filhos homens/mulheres</i>
1	Capoeirinha	Trabalhador rural	Parte por herança Parte por aquisição	4 pessoas	1/1
2	Capoeirinha	Trabalhador rural	Parte por herança Parte por aquisição	5 pessoas	1/2
3	Capoeirinha	Trabalhador urbano	Posse	4 pessoas	2/0
4	Capoeirinha	Trabalhador rural	Posse	6 pessoas	2/2
5	Capoeirinha	Trabalhador rural	Herança	4 pessoas	2/0
1	Dois Paus	Trabalhador rural	Posse	4 pessoas	1/1
2	Dois Paus	Trabalhador rural	Posse	4 pessoas	1/1
3	Dois Paus	Trabalhador rural	Posse	6 pessoas	2/2
4	Dois Paus	Trabalhador rural	Posse	6 pessoas	0/4
5	Dois Paus	Trabalhador rural	Parte por herança Parte por aquisição	4 pessoas	0/2

Conforme o quadro acima, a trajetória de trabalho das famílias investigadas é majoritariamente rural e suas propriedades foram adquiridas por meio da posse. Em três casos as aquisições das terras foram em parte por meio de herança e em parte por meio de compra e, em apenas um caso a propriedade toda foi herdada. Embora existam essas características comuns à maioria das famílias, existem especificidades em termos da ocupação dos pais, filhos e filhas e quanto aos sistemas produtivos nas propriedades, sendo que esses foram aspectos compreendidos como fundamentais para se analisar as perspectivas de sucessão familiar e serão abordados no terceiro capítulo do trabalho.

Cabe destacar, dentre as famílias investigadas, algumas situações específicas quanto às possibilidades de sucessão. Cada um dos exemplos a seguir, mostra uma posição possível para as perspectivas de permanência dos filhos na propriedade ou mesmo para permanecer perto da

família, bem como indica a chance de filhos que não possuem interesse na propriedade familiar e na continuidade na atividade agropecuária.

Existem duas famílias 1 e 2 da comunidade Capoeirinha nas quais os homens são irmãos, os herdeiros mais velhos já trabalham efetivamente no sistema produtivo, principalmente no café. Os filhos homens foram estimulados a trabalhar com os pais e, desde cedo, descobriram a vocação para o manejo com a terra, portanto são situações de sucessão familiar mais bem definidas. A família 2 da comunidade Capoeirinha também se destaca por meio de várias práticas realizadas na observação da lavoura de café, conseguindo implementar o seu sistema produtivo e até investir em uma torrefação de café. Por meio do sistema produtivo, este caso indica fortes evidências de que ocorra uma permanência da família na atividade.

Em outra família a 4 da comunidade Capoeirinha, o casal nasceu na zona rural e a vida inteira trabalhou para outros proprietários. Fez suas economias, comprou sua gleba de terra e hoje cria seus filhos, demonstrando os valores e as dificuldades para se chegar àquele ponto. Atualmente a família se sustenta da apicultura e produção de leite, utiliza a amizade com outros proprietários para a instalação das caixas de abelhas perto de áreas de proteção ambiental de outras propriedades.

É importante frisar que uma família identificada no quadro acima como 3 da comunidade Capoeirinha largou toda uma vida em uma grande cidade (São Paulo), buscando qualidade de vida satisfatória. Deixou tudo, comprou um lote de terras, investiu em piscicultura, e a mulher, após o estabelecimento em definitivo, conseguiu passar em concurso público e hoje possui um salário que compõe o sustento familiar com a sua renda externa. Portanto é um caso de que a combinação entre atividades produtivas e as possibilidades de assalariamento externo se complementam, sendo esta configuração um caminho para alguns filhos e filhas seguirem perto de suas famílias com possibilidades distintas para a sucessão.

Cabe salientar que um proprietário família 5 da comunidade Capoeirinha corre sérios riscos de não fazer sucessão pelo desinteresse dos herdeiros. Tentou diversas táticas para despertar o interesse, e os filhos, já adolescentes, não corresponderam. Estimulou os filhos a tomarem conta de alguns pés de café em troca de receberem tudo o que estes produzissem, só que não obteve o êxito desejado. Isso fez com que o proprietário arrendasse parte das terras, já que é aposentado por invalidez e a esposa é funcionária pública, havendo uma renda externa para o sustento. A incerteza de futuro na terra para os filhos se dá por não estes apresentarem

identidade com a propriedade rural e isso faz com que o risco do desaparecimento desta seja cada vez maior.

Coleta dos dados

A abordagem da questão sucessória foi desenvolvida por meio da aplicação de questionários aos proprietários, guiada por um roteiro (Apêndice 1) com perguntas qualitativas. O questionário foi dividido em três blocos e abordou os seguintes aspectos: características do núcleo familiar da propriedade; continuidade das atividades agrícolas; e transmissão patrimonial. A validação do questionário foi realizada pela aplicação do mesmo a três proprietários rurais, não participantes da pesquisa para fins de ajuste.

Foi realizada coleta de dados nos núcleos familiares da Capoeirinha e Dois Paus em cerca de quatro semanas, no período de 02 de abril a 1º de maio de 2016.

Temos de considerar que o ponto inicial para a chegada aos atores partiu de uma conversa com o vigário paroquial de Campos Gerais, o que permitiu o acesso aos líderes comunitários das duas localidades. O pároco foi extremamente receptivo depois das explicações sobre a pesquisa a ser realizada nas localidades. Os líderes comunitários foram contatados pelo próprio pároco, que explicou o objetivo da pesquisa. Esses líderes, além de participarem da pesquisa, também ajudaram na seleção das outras famílias, portanto, os proprietários não tiveram tanta desconfiança na realização da pesquisa.

A seleção das famílias para a aplicação do questionário foi feita pelo próprio líder local, levando-se em consideração as similaridades e diferenças entre as propriedades e as condições geográficas de relevo das mesmas.

A pesquisa foi realizada, em sua maioria, com o casal e, embora as respostas em sua maioria tenham sido dadas pelo chefe de família, a esposa, sempre que considerava necessário, intervinha em alguma resposta do marido. Convém observar que o marido sempre considerava necessário consultar a esposa, principalmente em questões familiares. Mas, além disso, as esposas mostraram conhecer toda a rotina da propriedade rural. Em muitas coletas estas não paravam com os afazeres domésticos, mas davam toda a atenção necessária e intervenção na resposta quando achavam necessário. Dentre as mulheres, aquelas com curso superior foram

mais participativas nas respostas do que os maridos, demonstrando serem fundamentais para o funcionamento do núcleo familiar. As respostas dos questionários aplicados foram gravadas com a autorização e consentimento de ambos.

Cabe ressaltar que em duas coletas os filhos estavam presentes e ficou evidente a ligação mais “afetiva” entre a filha e o pai e o filho e a mãe, demonstrando até certo ar de ciúmes em relação a questionamentos sucessórios.

Os dados obtidos foram analisados e apresentados em gráficos para melhor caracterização das famílias das propriedades pesquisadas. Foram realizadas análises comparativas entre os proprietários de uma mesma comunidade e entre as comunidades.

Também foram realizadas caminhadas pelas propriedades e registros fotográficos para caracterização dos sistemas produtivos. Outros agentes externos foram entrevistados, como o técnico da Emater, um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, o pároco, a liderança religiosa.

O capítulo 1 trata de toda a fundamentação teórica do trabalho. Procura caracterizar a lei da agricultura familiar, conforme os instrumentos legais para o financiamento da atividade da agricultura familiar, de acordo com as normas estabelecidas no Brasil. Traz, também, a questão da sucessão como um assunto pouco discutido, cuja literatura levanta inúmeros pontos de análise para este trabalho. O processo sucessório apresenta algumas dificuldades, conforme diversos autores, tais como a cidade proporcionar meios sedutores como salários, educação, saúde, entre outros, e o medo da invisibilidade social, enfrentado pela juventude. Finalizando o capítulo, discutimos o futuro da propriedade rural, tratando os riscos de não haver sucessão geracional, colocando a juventude rural com tendências que favorecem ou desfavorecem sua permanência no campo.

O capítulo 2 faz a caracterização do município de Campos Gerais MG como também a das comunidades rurais da Capoeirinha e Dois Paus. No capítulo foram indicadas todas as características dessa agricultura familiar específica, estudada durante o trabalho.

No capítulo 3 foram discutidos o processo de sucessão nas comunidades rurais da Capoeirinha e Dois Paus, bem como as características das famílias quanto à ocupação dos filhos, informações sobre os sistemas produtivos e sobre a comercialização.

CAPÍTULO 1

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

O termo agricultura familiar remete a grandes discussões na contemporaneidade, entre os diversos setores sociais, como campo acadêmico, organizações não governamentais, poder público e movimentos sociais.

Dentro de sua regulamentação, quanto à agricultura familiar, o Poder Executivo brasileiro estabeleceu a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estipulando as diretrizes, conceitos, princípios e instrumentos da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares (BRASIL, 2006). A lei dispõe que a propriedade utilize a própria mão de obra familiar, de forma predominante, nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento. Outro fator é que a propriedade não tenha área maior do que quatro módulos fiscais, que são unidades de medida em hectares, fixadas pelo Incra, de acordo com a exploração da terra. E a renda familiar deve ser predominantemente oriunda das atividades agrícolas da propriedade.

Convém ressaltar que, em se tratando de instrumentos desenvolvimentistas em relação à agricultura familiar, existem alguns programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf, com o intuito de estimular a geração de renda e uso da mão de obra familiar, realizado por meio de financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários, desenvolvidos em áreas rurais ou áreas comunitárias próximas (BRASIL, 2006).

Segundo Grisa (2012), o marco inicial que representou a ação do Estado na agricultura familiar aconteceu em 1995, quando se concebeu o Pronaf. Em datas anteriores não vemos a existência de políticas públicas, voltadas para tal, a não ser o Procefa, crédito semelhante, mas que atingia apenas as famílias de assentamentos rurais.

Dentre as modalidades do Pronaf, de acordo com o MDA (2015), se destacam:

1. PRONAF INVESTIMENTO: financiamento de máquinas agrícolas com a finalidade de melhoria da produção;
2. PRONAF CUSTEIO: financiamento de atividades agropecuárias de comercialização de produção própria ou terceiros;
3. PRONAF MICROCRÉDITO RURAL: é direcionado à agricultura de menor renda, financiando atividades agropecuárias, cobrindo qualquer atividade geradora de renda;
4. PRONAF AGROECOLOGIA: financia investimentos em produção agroecológica ou orgânica, incluindo custos de implantação e manutenção;
5. PRONAF MULHER: linha de financiamento exclusivo a mulheres; independentemente do estado civil, a linha de crédito pode ser utilizada em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outros interesses no meio rural;
6. PRONAF ECO: financiamento de implantação de tecnologias de energia renovável e recuperação do solo;
7. PRONAF AGROINDÚSTRIA: financiamento de investimentos em infraestrutura de beneficiamentos, processamento e comercialização de produção agropecuária, extrativismo e produtos artesanais como também na exploração do turismo rural;
8. PRONAF SEMIÁRIDO: projeto voltado à realidade das famílias do semiárido com o objetivo de financiar ecossistemas que produzem a infraestrutura hídrica, focando na sustentabilidade rural;
9. PRONAF JOVEM: linha de crédito voltado a jovens entre 16 e 29 anos, destinado à implantação, aplicação ou modernização de produção no meio rural;
10. PRONAF CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: financia as necessidades dos agricultores de custeio, beneficiamento e industrialização da produção;
11. PRONAF COTA PARTE: financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares com filiação em cooperativas.

Após a concepção do PRONAF, surgiram outros programas para complementar as ações do poder público (GRISA, JUNIOR, 2010). Suas modalidades beneficiam agricultores

familiares, desde aqueles sitiantes como aqueles com que estamos trabalhando, como também assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, de maneira individual ou coletiva e visando contribuir com o aumento da renda e, conseqüentemente, com a qualidade de vida do homem do campo.

Essas ações podem ser complementadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2004 no âmbito do Programa Fome Zero, atuando principalmente na segurança alimentar, fornecendo gêneros produzidos nas propriedades para escolas, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e atuando na formação de estoques reguladores (GRISA, 2012). Para essa autora, o PAA fez parte de uma geração de políticas públicas, muito mais diversificadas para a agricultura familiar.

É pertinente dizer que, no interior de algumas áreas do campo acadêmico, as discussões sobre a agricultura familiar envolvem até os aspectos históricos da concepção do termo, sob a ótica de valorização da urbanização e redução da importância do pequeno produtor na construção do Brasil. Como afirma Altafin (2007 p. 3):

Esse fato fez com que a maioria de nossos livros de História pouco registrassem sobre o papel dos produtores de alimentos na construção do país, sendo o passado contado apenas sob a perspectiva da grande agricultura escravista, monocultora e de exportação – o ciclo do açúcar, o ciclo da borracha e o ciclo do café exemplificam essa tendência. No entanto, a recente historiografia brasileira tem buscado resgatar o papel do camponês como ator social atuante, identificando suas especificidades e diferentes configurações. Baseado nas pesquisas desses historiadores, focadas especialmente no período colonial e no Império, vamos aqui resumir a importância de cinco “grupos” que estão na origem da nossa agricultura familiar: os índios; os escravos africanos, os mestiços; os brancos não herdeiros; e os imigrantes europeus.

Diante de tal situação, a importância histórica da agricultura familiar não é tratada com o devido valor, apesar de sociologicamente o termo não se apresentar como novidade, muito menos em seu estado analítico, apenas nos últimos anos sua abrangência e significado têm apresentado no Brasil ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 2001). Quando há uma abordagem somente calcada nas definições legais de agricultura familiar, como na lei ou nos programas como o Pronaf, corre-se o risco de a-historicizar o que de fato são os grupos sociais rurais na contemporaneidade. Para Duval (2015), a política pública atua para consolidar os agricultores familiares mais capitalizados e, com isso, pode ser que a análise da categoria de agricultura familiar que se dá pela ação do Estado corra imensos riscos de negar a história desses agricultores, o próprio processo histórico do qual são produto, uma “história camponesa” que se perpetua nos espaços rurais no Brasil, conforme Wanderley (2001).

É preciso ressaltar que, para Abramovay (1998), a agricultura familiar é aquela na qual a gestão da propriedade vem de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou casamento. E não se trata de um bloco homogêneo, pois sofre diferenciações internas, comuns entre os grupos sociais.

Por tudo isso, os desafios para manter a unidade familiar não são poucos, tendo que se flexibilizar, como demonstra Abramovay (1999 p.13):

O principal desafio para que as unidades familiares de produção agropecuária convertam-se na base do desenvolvimento rural está em que elas possam dotar-se dos meios que lhes permitam participar de mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações.

Diante dessas considerações, na concepção de Carneiro (1997), a agricultura familiar é jogada em segundo plano há décadas, por parte de ajustes do mercado e do Estado. Diante de tais situações sua base fundiária, que é a pequena propriedade, tem sobrevivido mesmo que a maioria dos recursos seja disponibilizada para a grande produção e o latifúndio.

Além das especificidades até aqui vistas da agricultura familiar, podemos notar diferenciações na sua organização em comparação à agricultura empresarial. “No estabelecimento dessa comparação, considera-se que a agricultura familiar apresenta uma vinculação entre a gestão e a realização do trabalho pelos membros da família, enquanto na agricultura empresarial ocorre a dissociação entre essas tarefas” (SPANEVERELLO, 2008 p.37).

Para Brumer (2001), as divergências entre a agricultura familiar e a empresarial ocorrem independentes da volatilidade do mercado, pois o agricultor familiar precisa produzir enquanto o capitalista tem as opções para definir no que investirá o seu capital.

É oportuno frisar que, segundo prognóstico das Organizações das Nações Unidas – ONU -, em 2.030 a população mundial chegará à marca de 8,5 bilhões de habitantes. Essa superpopulação mundial traz, consigo, o desafio da manutenção da vida de forma digna no planeta e o de produzir alimentos a esse enorme contingente.

A agricultura familiar pode ser uma alternativa, já que, segundo dados do governo brasileiro (BRASIL, 2015), a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos pela população do país.

1.2 SUCESSÃO

Um dos grandes desafios na continuidade do campo é a questão sucessória, pois “passar o bastão” não é tarefa fácil e, em algumas décadas, já notamos vários desequilíbrios demográficos rurais, como os analisados por Costa (2013). Sua análise quanto às disparidades demográficas põe em risco a sustentabilidade social, abrangendo não só o Brasil como outros países ao redor do mundo. O estudo pormenorizado de Camarano e Abramovay (1998) organiza uma série de fatores interessantes sobre a intensificação do êxodo rural brasileiro em meados do século XX. Esse processo assinalou a perda gradativa de características tradicionais, abrindo espaço para um possível desenraizamento por parte da população rural.

Como o êxodo do campo adquiriu característica seletiva entre jovens e mulheres, o meio rural não foi vitimado por uma debandada total, porém Costa (2013) indica que a tendência geral no meio rural é marcada pela masculinização e envelhecimento.

A verificação de que nos últimos anos a retirada de parte da população feminina em direção às cidades é entendida como um novo modo de vida ocasiona o surgimento de fenômenos como o celibato masculino no meio rural. Significa que a sucessão só se dará nos estabelecimentos em que as famílias têm vontade de se reproduzir e os filhos se tornam agricultores, pois o fenômeno do celibato pode significar mais desafios para a reprodução social. Segundo Duval, (2015), o matrimônio e a produção são estratégias vitais para que os grupos sociais e as famílias confirmem suas posições e regularidades de reprodução social.

Para Abramovay *et al.* (1998, p.56), “uma unidade produtiva sem sucessores dificilmente contará com os investimentos em capital, terra e formação necessários ao seu desenvolvimento”.

Os problemas enfrentados na agricultura pela falta de sucessores já se reproduzem em estudos averiguados pelo IBGE (2010), nos censos entre os anos de 2000 e 2010, os quais indicam que a população rural diminuiu em dois milhões de pessoas e, agora, representam 15,6% da população do Brasil.

Uma grande maioria dos descendentes de famílias rurais se desloca para as cidades na busca de oportunidades de melhorarem de vida e atrás de uma renda assalariada, conforme relata Alves (2006 p.7):

Admite-se que a família tome decisões que visem ao bem-estar de todos os seus membros, embora o chefe de família possa sair perdendo. Viver no meio rural ou na cidade, são duas opções e os prós e os contras são devidamente avaliados. Na decisão de migrar para a cidade, o diferencial de salário, o desconforto do ajuste ao novo estilo de vida, o risco de não encontrar emprego e a violência urbana são devidamente considerados. Contudo, se o diferencial de salário for tentador e as vantagens que as cidades oferecem forem incorporadas a ele, a família corre o risco de migrar.

A continuação sucessória foi analisada por Gasson e Errington (1993), assinalando que o filho herdeiro mora em determinado lugar, separado do pai, gerindo, de forma própria, a tomada de decisão. Com sua vida financeira resolvida, o jovem assume o posto paterno após a aposentadoria dos pais, como também divide o mesmo teto que o pai e assume definitivamente o posto após o falecimento deste.

Burton e Walford (2005) caracterizam a divisão sucessória em etapas, que começa enquanto crianças, e a dedicação ao trabalho agrícola é dividida com o tempo dedicado aos estudos. São transmitidas funções de responsabilidades quanto a termos técnicos e passagem de conhecimentos produtivos. Se o pai sai da administração, passa-se a posse ao seu sucessor.

Woortmann (1995) relata que o processo de transmissão do patrimônio familiar trata da transferência de bens de pais para filhos e, em especial, a terra, por meio da herança, constitui um dos movimentos básicos da agricultura familiar.

Dados da pesquisa de campo, descritos por Spanevello (2008), mostram que será possível delimitar um quadro sobre os prováveis acertos da transmissão do patrimônio familiar, ocorrendo casos de compra de terras para ajudar o filho sucessor. A transferência dessa terra ocorre tardiamente, para demonstrar que os pais não perderam sua autoridade perante o filho, e, a partir do esgotamento da força física dos pais, estes vão se retirando e cedendo o lugar para os filhos tomarem conta do estabelecimento.

O processo de transmissão da herança, igualmente importante, segundo a perspectiva rural, compreende dois fatores que se complementam: 1) a escolha do sucessor, que geralmente mantém a unidade do grupo familiar; 2) a divisão dos bens (CARNEIRO, 2001). Os estabelecimentos não são um conjunto que possui igual natureza e/ou apresenta semelhança de estrutura e função, possuindo três tipos de unidades familiares: as essencialmente familiares, as que complementam sua força de trabalho com empregados temporários e as que contratam empregados permanentes, utilizando empregados temporários ou não conhecidos como empresas familiares (KAGEYAMA E BERGAMASCO, 1989).

Essas situações, no entanto, podem variar em recortes de temporalidade, em função das dinâmicas de sucessão familiar.

1.2.1 A sucessão e suas especificidades

Trataremos neste item das particularidades da sucessão como a problemática que envolve uma parte do contexto transitório geracional. Sabemos da importância que a pequena propriedade exerce no funcionamento harmônico rural, envolvendo uma tradição familiar de enraizamento na terra, e a preparação da passagem dos negócios aos herdeiros é de grande dificuldade e também pode ser frustrante, como afirmam Longenecker *et al.* (1997).

Os conflitos, na hora da sucessão, são os piores, pois sempre são expostos problemas conjunturais de muitos anos. A sucessão é determinada por um longo prazo, de acordo com a preparação que os pais deram aos filhos na relação de riqueza e poder (LODI, 1993).

A prática de negociação, exercida dentro da família, nem sempre obtém êxito, por mais habilidosa que seja feita, pois sempre existirão muitas emoções envolvidas, podendo dissolver o mais robusto dos empreendimentos familiares (LESSA, 2003).

Ainda, Lessa (2003) tem visão de uma competição entre os membros familiares, a interferência destes na gestão da propriedade tira (o andamento da propriedade completamente fora do eixo com a opinião de familiares e de pessoas próximas. Os pais se mostram desconfiados com a capacidade dos filhos de gerenciar a propriedade, tornando pouco favorável a continuidade. Essa prática de transferir a liderança de uma geração a outra é cercada de conflitos pelas diferenças de cultura entre gerações. A conciliação e o rompimento podem ser realizados conforme o modelo paternalista, e os filhos possivelmente enfraquecem a cultura da família patriarcal, que sempre sugere que o pai sabe mais que o filho e, portanto, não cede muito espaço a este (LONGENECKER *et al.*, 1997).

Atualmente, no Brasil, divide-se em diversas empresas rurais familiares, justificados pela incapacidade da estabilização de relações, já que a profissionalização da gestão é cada vez mais recente e a introdução de normas e regras auxilia bastante na sobrevivência da empresa. A família tem que ser comprometida com a continuidade dos negócios, pois a falta de conduta familiar colocará o futuro em risco com apenas pequenos desentendimentos para começar seu

processo de fratura. Os herdeiros precisam de uma preparação precoce, inteirar-se da organização, antecipando e planejando sua carreira como ponto de partida (LESSA, 2003). Os herdeiros herdam os modos de fazer tradicional dos pais e precisam, ao mesmo tempo, adquirir novas habilidades para participar de um mercado de agricultura moderna.

Conforme Abramovay (1998), a formação de novos jovens agricultores é um processo que envolve componentes como a transferência de patrimônio; a continuação paterna na atividade profissional do campo; a saída das gerações mais velhas da gestão patrimonial. Ao que tudo indica, quanto mais rápido houver algum tipo de planejamento que possa passar a segurança necessária, de maneira específica, que cuide com toda a atenção possível do processo de sucessão geracional melhor, pois até o dado momento, as preocupações estão cada vez mais explicitadas por meio de novos estudos e análises, divulgados periodicamente.

1.3 O FUTURO DA PROPRIEDADE RURAL

Em se tratando do futuro das perspectivas de sucessão para a garantia da existência da propriedade, não há planejamento por parte de muitas lideranças rurais, empreendedores rurais, sindicatos e associações, visto que esse processo sucessório envolve o patrimônio familiar, a continuidade do trabalho do pai a partir do ciclo natural de esgotamento físico deste (SPANEVERELLO, 2008).

O motivo de tornar-se herdeiro atualmente não atrai a satisfação pessoal, como foi verificado por Tedesco (2001), em afirmação resguardada pela introdução da máquina nos processos de produção, redesenhando a forma de viver e a manutenção de relacionamentos, o que não é sinônimo de ruptura da estrutura familiar. Porém isso indica transformações na sociedade, nas famílias e nas divisões do trabalho.

Tratando da sucessão no comando das propriedades rurais, a preocupação referenciada à agricultura familiar, segundo Comassetto (2012 p.111-119), é a de que,

(...) apesar de desfrutar dos recursos da modernidade, o meio rural brasileiro está envelhecendo e masculinizando, pondo em risco, sobretudo, o futuro das pequenas propriedades. Conforme os autores, já naquela ocasião, a maioria dos agricultores tinha mais de 55 anos, baixa escolaridade, dificuldade de produzir renda regular e aderir às novas tecnologias, pelo fato de os jovens, mais afetos às informações e às

transformações advindas da globalização, são seduzidos pelos atrativos urbanos e, principalmente a partir do momento em que deixam o campo para estudar, acabam trilhando caminhos diferentes do de seus pais. Raros são os que retornam para dar continuidade aos negócios da família.

As propriedades rurais, em destaque as pequenas, sofrem com o risco de extinção uma vez que as velocidades das mudanças de processos sociais e econômicos estão cada vez mais aceleradas, como apontado por De Mera e Netto, (2014 p. 759):

Algumas razões são apontadas como causas da diminuição da população no meio rural. O estudo proposto na abordagem de Todaro (1979) aponta fatores econômicos e não econômicos como causadores desta problemática, pois considera a mobilidade um meio de ajustamento propício para o mercado de trabalho, explicado no pensamento marshalliano, decorrente da existência de economias de aglomeração.

Como os grandes centros exercem influência e atração aos jovens rurais de diferentes maneiras, as formas de transmissão da propriedade mudam de acordo com os instrumentos de compensação e negociação disponíveis (CARNEIRO, 2001).

O processo de sucessão familiar não parte de um planejamento bem realizado pela família, começando pelo baixo nível educacional dos filhos e pela falta de preparação dos mesmos para assumir a propriedade, conforme Chemin e Ahlert (2010).

Para Silvestro et al. (2001), o processo sucessório ocasionará conflitos, na maioria dos casos, partindo da forma de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna até a questão de viés de gênero que tende a acompanhar esses processos.

A lei impõe dificuldades quanto à sucessão. Como foi analisado por Chemin e Ahlert (2010), a propriedade, ao ser partilhada entre os herdeiros, se torna inexecutável quanto à atividade produtiva, e em alguns casos aparecem severos conflitos, fragmentando as relações familiares.

Abramovay et al. (2003) alegam a inexistência de um padrão sucessório alternativo, definido e legitimado pelos membros da família, geralmente os jovens não apresentam interesses em reproduzir o modo de vida dos pais, gerando conflitos ainda maiores na sucessão que segue, sem um planejamento adequado por parte da maioria das famílias quanto à definição do sucessor da propriedade e da remuneração dos irmãos não sucessores, com tendência a excluir as filhas do processo sucessório. A questão do envelhecimento volta-se a um processo centralizado de masculinização da juventude, com um número maior de moças abandonando o campo em relação aos rapazes, o que pode estar ligado às oportunidades de mercado de trabalho

urbano, educação e casamento em contrapartida à vida subalterna que elas têm no campo (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998).

O jovem é influenciado por vários determinantes na sua escolha profissional, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna, provavelmente no mercado assalariado teriam uma renda mais satisfatória (SILVESTRO *et al.*, 2001).

O controle da propriedade não apresenta um ponto de vista comum entre pais e filhos, apesar de que na maioria das unidades produtivas capitalizadas apresenta-se um diálogo maior entre pais e filhos, com a participação mais efetiva dos jovens, determinada pela natureza de atividades mais modernas.

Porém, segundo Carneiro (1998), a juventude rural é afetada pelas mudanças e pelas crises econômicas para permanência no espaço rural. As identidades locais não são mais sustentadas pela homogeneidade de padrões culturais estabelecidos e, sim, baseadas na diversidade e na maneira específica de combinar práticas de valores originários de universos culturais diferentes, o que identificamos como rurbanização.

Para Brumer *et al.* (2004), jovens mulheres não apresentam tanto interesse em permanecer no meio rural pela maneira diferente com que rapazes e moças são socializados no trabalho agrícola e pelo acesso às responsabilidades relativas à unidade produtiva, a uma renda própria e à herança da terra.

Duqué e Souza (2002) analisam a sucessão geracional, observando os aspectos que influenciam os filhos na hora de o jovem decidir entre assumir e permanecer no trabalho agrícola ou partir para outra atividade. Ressaltam que, além do fator econômico, os laços afetivos e a pressão familiar têm importância fundamental no momento de decidir ou não pelo trabalho agrícola.

A falta de sucessores pode gerar uma crise social na agricultura familiar, à medida que os filhos dos agricultores não podem ou não querem exercer a mesma atividade dos pais. Para Siqueira (2004), o comportamento da juventude é praticamente igual por haver certo preconceito na recusa do estilo de vida rural, temendo-se a invisibilidade e o atraso social.

Portanto, a continuidade da propriedade pode ser analisada pelos fatores, vistos anteriormente, e a permanência do sucessor na atividade rural variará de acordo com estímulos de políticas públicas, dentre outras, o Programa Nacional de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que auxiliam a obtenção de terras por parte de filhos

de agricultores, possibilitando que o jovem agricultor se estabeleça e adquira maior autonomia e renda própria.

Os principais problemas, enfrentados pela sucessão, são descritos por Juchem *et al.* (2008), os quais revelam que as organizações de base familiar se originaram do forte espírito e visão empreendedora dos seus fundadores, e a organização da propriedade é estruturada na base familiar, considerada pelos fundadores uma extensão da família para garantir a existência tanto da propriedade quanto da família.

Podemos verificar no Quadro 2 alguns aspectos sobre o que favorece ou não a continuidade do jovem no campo.

Quadro 2- Tendências à continuidade do jovem no campo.

O que favorece o jovem	O que não favorece o jovem
Boa relação familiar	Falta de planejamento sucessório
Conhecimento das rotinas do campo	Pouca visibilidade social
Laços afetivos	Falta de acesso educacional
Programas governamentais	Êxodo rural

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2016).

1.3.1 Tendências dos proprietários

As dificuldades encontradas no campo econômico, além da falta de perspectivas, moldam uma conjuntura de saída gradativa do interesse de se ficar trabalhando no campo em uma nova etapa da história agrícola brasileira (BUAINAIN *et al.*, 2013).

Porém há outro ponto de vista que foi apresentado por Del Grossi *et al.* (2001) indicando que, em meados dos anos 1990 em diante, o cenário do êxodo rural se tornou diferente em relação à década anterior, pois perdeu força e a população rural voltou a crescer, graças a um conjunto de fatores como

1. crescimento vertiginoso das ocupações rurais não agrícolas;
2. crescimento acelerado dos desempregados rurais;
3. estabilidade dos aposentados rurais;

4. recuperação da ocupação agrícola.

O meio rural não possui somente características voltadas à agricultura; um percentual importante recorre às atividades não agrícolas. Essa combinação entre práticas agrícolas com as não agrícolas, definida como pluriatividade, segundo Teixeira (1998), compõe uma importante estratégia de reprodução da agricultura familiar. Com isso, melhoram-se as condições de permanência dos pequenos agricultores e de sua reprodução social, em função das multifontes de rendas possíveis.

Para Brumer et al. (2000), a organização do trabalho familiar e a maneira com que a renda é distribuída por todos membros da mesma (família) exercem poder sobre outrem na possibilidade de fixação ou não do jovem no campo.

CAPÍTULO 2

2.1 O MUNICÍPIO DE CAMPOS GERAIS

O Estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões, o que contribui na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Essa divisão em mesorregiões também fornece informações importantes para estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

Segundo o IBGE, as mesorregiões estabelecidas para Minas Gerais são as seguintes: noroeste de Minas, norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, oeste de Minas, sul e sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata, conforme pode ser visualizado na Figura 3. A seguir, cada mesorregião é por sua vez subdividida em microrregiões. O município de Campos Gerais está localizado nas mesorregiões sul e sudoeste de Minas, fazendo parte da microrregião de Varginha (Figura 4) com os municípios Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilícinea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha.

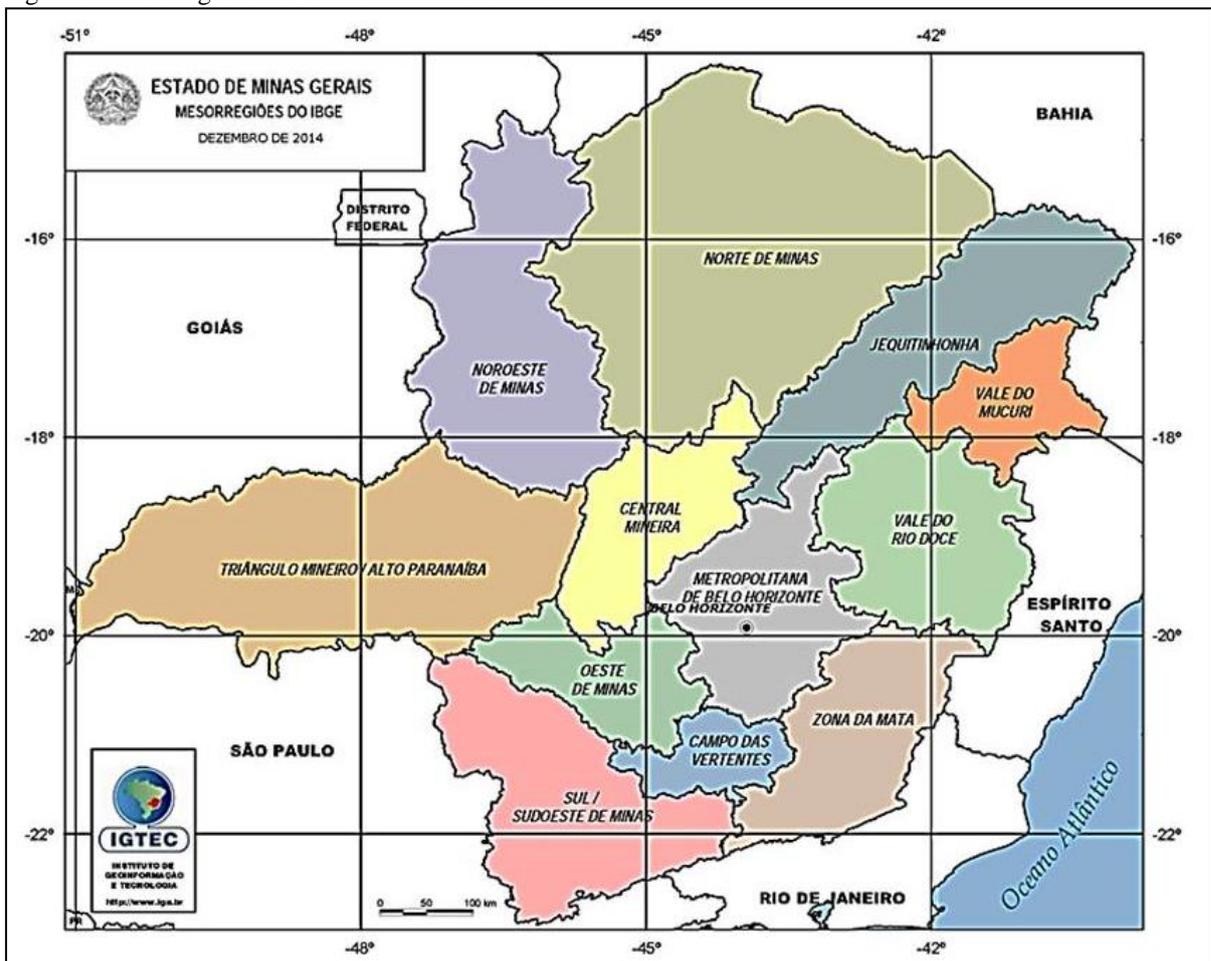
O município de Campos Gerais teve sua fundação no ano de 1827, duas famílias (Soares e Martins) realizavam intensamente as disputas territoriais pelo poder. Ambas as fazendas das famílias possuíam muitos escravos, sendo o local em que surgiu o núcleo populacional.

As fazendas tinham a delimitação, local conhecido hoje como Córrego da Divisa, em que ambas as partes concordaram em construir uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, em um gesto comunitário que objetivava o socorro espiritual da comunidade para a administração dos sacramentos, principalmente os batismos (LEFORD; 1989).

A extensão territorial do município, segundo o IBGE (2010), é de 769,504 km² e aproximadamente 2.000 km de estradas vicinais e galhos de estradas, tornando-se um dos maiores municípios em extensão rural do sul de Minas Gerais, segundo a Secretaria de

Agricultura do Município. Os dados da própria secretaria indicam que há cerca de 5.000 propriedades, distribuídas em 30 comunidades rurais, como Açude, Barra, Barreiro, Barro Preto, Batatas, Boa Vista dos Campos, Capoeirinha, Cerradão, Cervo, Córrego do Ouro, Descaroador, Dois Paus, Engenho, Fortaleza, Furnas, Galo, Grama, Grupiara, Guaripu, Imbiruçu, Jaraguá, Jataí, Macacos, Macuco, Onça, Paraíso, Pessegueiro, Pinhal I, Pinhal II e Serra, onde se situam aproximadamente 3.620 famílias (SECRETARIA DE AGRICULTURA DE CAMPOS GERAIS, 2004).

Figura 3- Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.

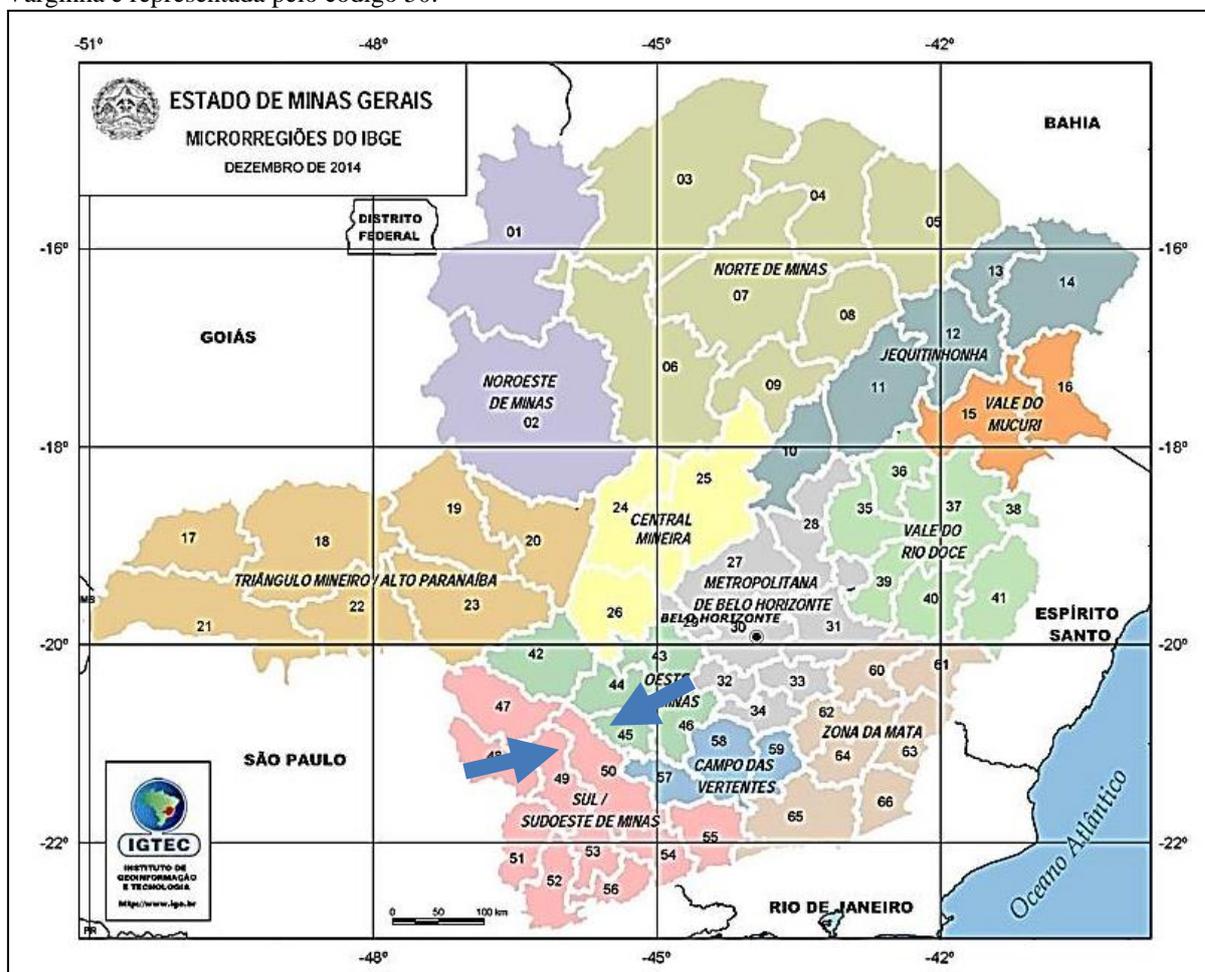


Fonte: BRASIL, Governo de Minas Gerais, 2016.

A base econômica do município é o cultivo de café, favorecido pela característica predominante do tipo do solo latossolo vermelho amarelo, de textura média, e clima subtropical úmido, o que beneficia o cultivo em cerca de 20.000 ha. O associativismo rural está presente,

constituindo dez associações, duas cooperativas e dois sindicatos com 7.457 membros ao todo (SECRETARIA DE AGRICULTURA DE CAMPOS GERAIS, 2004).

Figura 4- Mesorregiões do Estado de Minas Gerais e suas subdivisões em microrregiões. A microrregião de Varginha é representada pelo código 50.



Fonte: BRASIL, governo de Minas Gerais, 2016.

O declínio da população rural aparece em dados analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE; 2012), apresentando um corte de tempo de 12 anos 2001-2012; a população rural, que era de 16,20%, diminuiu para 15,17%. Observando esse mesmo corte de tempo, a população urbana apresenta um crescimento de 83,88%, em 2001, para 84,83% em 2012. Essa tendência no panorama estatístico vem ocorrendo também no Estado de Minas Gerais com a progressão dos moradores urbanos de 83,4% para 84,5%, à medida que houve um recuo de 16,6% para 15,5% da população jovem rural no mesmo período.

Isoladamente, a região produtora de café do sul do Estado de Minas Gerais compreende a maior do Brasil, concentrando a tradicional produção do café arábica graças à boa altitude e às características do solo. Toda produção é formada por mais de 70% de pequenas propriedades, embora as maiores fazendas do país também façam parte dessa área (SINDICAFÉ-MG, 2009).

2.1.1 Caracterização da comunidade rural Capoeirinha

O presente trabalho inicia-se na comunidade rural da Capoeirinha, localidade que fica a cerca de 6 km do município de Campos Gerais (Figura 5). Todo o levantamento realizado na comunidade sobre seu contexto de concepção foi baseado exclusivamente em relatos das famílias participantes da pesquisa na localidade, assim como de moradores mais antigos da região. Portanto, os relatos dos antigos moradores se voltam unicamente à história de constituição da comunidade.

Em síntese, a história da formação da comunidade Capoeirinha se dá na primeira metade do século XX, por meio da construção de uma casa do senhor Amaro José da Silva e da esposa, Conceição Maria da Silva, que se casaram e ficaram na localidade, iniciando a nucleação com nove descendentes diretos. Os moradores antigos relatam que a posse da terra ocorria de acordo com os cercamentos realizados na terra; caso ninguém reivindicasse a posse, permanecia com quem estivesse delimitando a propriedade.

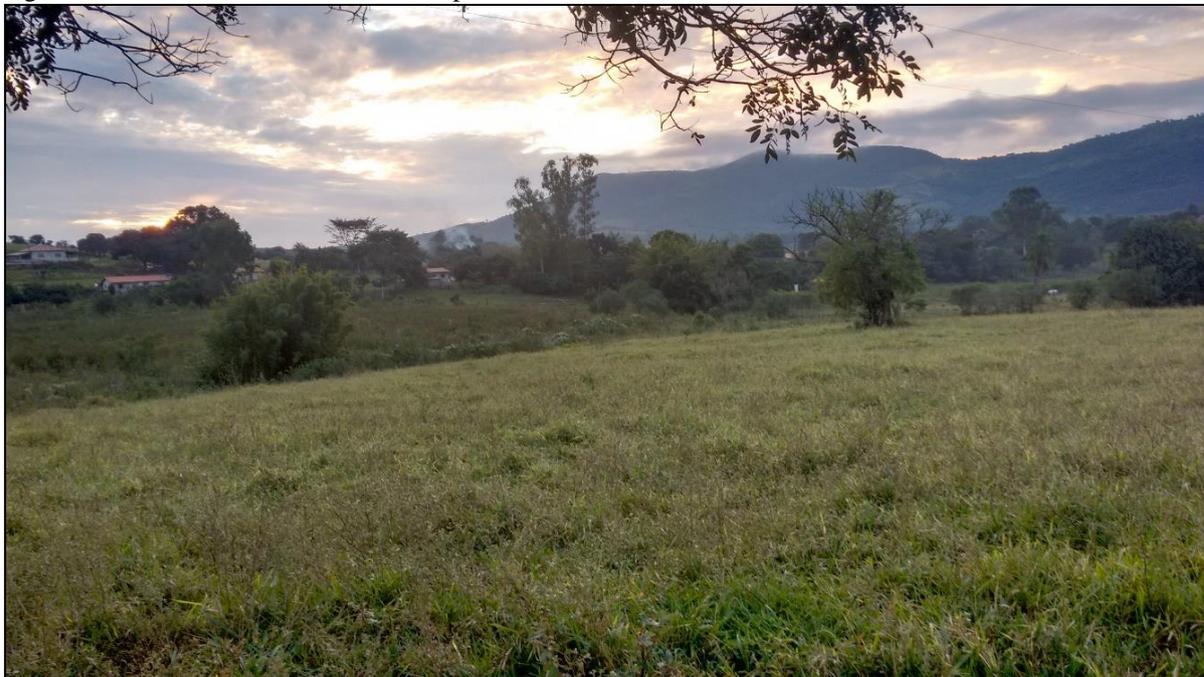
Por meio da paróquia Nossa Senhora do Carmo de Campos Gerais, podemos constatar que a comunidade tem cerca de 110 famílias atualmente. Essa é a única fonte obtida, pois nenhum órgão governamental fez esse tipo de levantamento até a presente data.

A cidade carece de pesquisas acadêmicas e de boa vontade dos setores administrativos municipais. O município vive ainda na era do “achismo”, não apresentando estudo concreto de aprimoramento sobre qualquer área a não ser as que levantam inúmeros votos para se elegerem no pleito eleitoral.

Efetivamente, uma ligação forte que a comunidade tem é a respeito da grande religiosidade do povo, que semanalmente se encontra em uma capela, construída onde

mensalmente ocorrem as missas, o que são oportunidades de encontro e de fortalecimento comunitário (Figura 6).

Figura 5- Panorama da comunidade da Capoeirinha.



Fonte: Autor.

Figura 6- Capela e galpão onde se realizam os encontros religiosos e comunitários da comunidade Capoeirinha.



Fonte: Autor.

A comunidade da Capoeirinha dispõe de uma associação rural com o nome de “Associação de Produtores Rurais da Capoeirinha, Cerradão e Onça”, com CNPJ próprio e que, por meio de emendas parlamentares, adquiriu implementos agrícolas para a utilização comunitária (CAMPOS GERAIS, 2014) tais como trator modelo 1175-4SR Yanmar, descascador metálico conjugado ambulante para benefício de café, com capacidade de 20 sacas/hora, instalado sobre carreta metálica com dois eixos marca Palini Alves, e plantadeira 3 linhas com rodas marca Baldan.

O sistema produtivo da comunidade tem composição bem diversificada, tendo como “carro chefe”, historicamente, as atividades da cafeicultura. Conforme os relatos, o plantio de café está presente na passagem de conhecimentos de geração para geração. Mas a comunidade também possui uma diversidade agrícola, sobretudo na produção de alimentos, como veremos mais à frente.

2.1.2 Caracterização da comunidade rural Dois Paus

A comunidade rural Dois Paus surgiu com o deslocamento de algumas pessoas para a localidade, por ser próxima da estação ferroviária Josino de Brito, importante no período entre 1910 e 1931, por haver muita dificuldade de escoamento de mercadorias e acessibilidade de pessoas para outras comarcas, uma vez que o transporte rodoviário era quase inexistente pela falta de pavimentação nas estradas e o seu péssimo estado de conservação.

Havia uma imensa mata de árvores de madeira de lei, que foi destocada para a implantação de núcleos populacionais, e áreas para a produção de café e pastagens para gado, áreas de criação de porcos.

Para levar todos esses gêneros, os próprios residentes na comunidade começaram a construir estradas de acesso à estação ferroviária. Para se chegar à estação ferroviária, o percurso realizado atravessava uma região denominada Araras e um ribeirão. Existiam duas enormes árvores, cada uma em uma margem diferente, e que foram cortadas para a realização da travessia, criando-se o nome de “Ponte dos Dois Paus”, e a comunidade começou a ser denominada de “Dois Paus”, por essa ponte.

A “picada do mato” foi consolidada com a criação da estrada e os moradores da comunidade iam buscar, na estação ferroviária Josino de Brito, o sal, querosene e açúcar, intensificando a atividade comercial e constituindo a origem da comunidade.

Todo o transporte no período era realizado nos carros de boi, um meio que foi tão marcante nas passagens de gerações que serviu até como um pilar cultural de união para a comunidade Dois Paus.

Os carros de boi praticamente tomavam todo o espaço onde estava a casa onde se iniciou todo o processo de nucleação populacional (Figuras 7, 8 e 9), trazendo as mercadorias da estação ferroviária Josino de Brito.

Como a concentração de carros de boi e pessoas era grande, segundo relatos dos antigos moradores, havia uma casa auxiliar, para facilitar o processo de distribuição das mercadorias, como também o clima festivo tomava conta das pessoas dentro daquele entreposto comercial.

Figura 7- Casa onde se iniciou todo o núcleo populacional da comunidade Dois Paus.



Fonte: Autor.

Figura 8- Casa auxiliar (abandonada) onde se iniciou todo o núcleo populacional da comunidade Dois Paus.



Fonte: Autor.

Figura 9- Casa de armazenamento de mercadorias onde se iniciou todo o núcleo populacional da comunidade Dois Paus.



Fonte: Autor.

Em conversas com esses moradores antigos, observamos a emoção e o grande entusiasmo para contar esses relatos de criação da comunidade e seu estabelecimento na localidade. Um morador dos mais antigos se pronunciou da seguinte forma: “*Falar da Comunidade dos Dois Paus é fácil, difícil é descrever o que sinto por ela*”.

2.2 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES RURAIS DA CAPOEIRINHA E DOIS PAUS

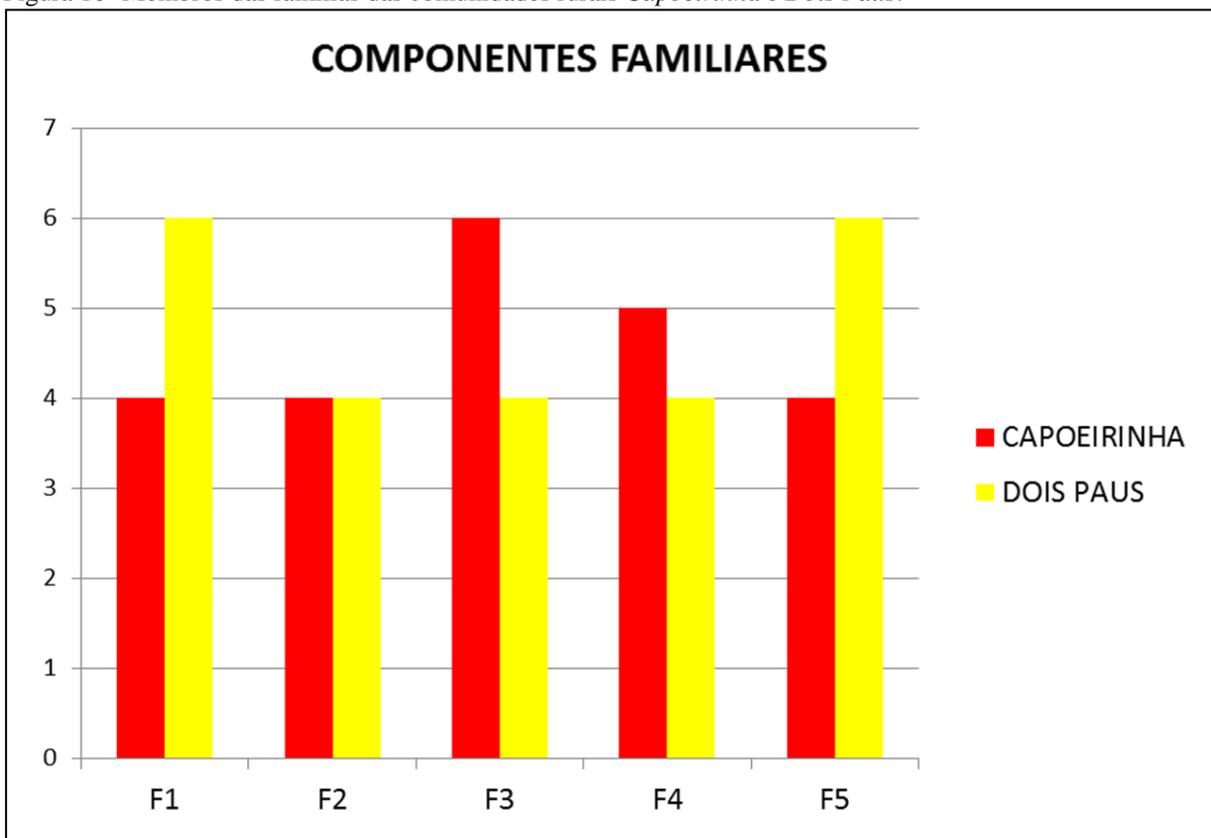
2.2.1 Componentes familiares

Após a aplicação dos questionários com as dez famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus, os dados coletados foram tabulados para análise. As características familiares podem ser visualizadas na Figura 10. Na composição familiar das famílias pesquisadas na comunidade rural Capoeirinha podemos observar decréscimo no número de membros, sendo que três famílias (60%) possuem até quatro membros, uma família (20%) com cinco membros e uma família (20%) com seis membros. O mesmo pode ser observado na comunidade rural Dois Paus, onde observamos que três famílias (60%) possuem até quatro membros, duas famílias (40%) com seis membros.

Os dados obtidos estão de acordo com a tabulação avançada do CENSO 2000 do IBGE, que confirmou duas tendências das famílias brasileiras: a diminuição do tamanho e o crescimento de famílias sob responsabilidade feminina.

A queda da fecundidade nas últimas duas décadas responde à diminuição do número de componentes familiares de 3,9 pessoas, em 1991, para 3,5 em 2000. Já na área rural, a queda foi de 4,4 para 4,0, mostrando queda maior de que a urbana, sendo que nas áreas urbanas a maioria das famílias é formada de um a quatro componentes, enquanto as famílias rurais são formadas entre cinco a 11 componentes (IBGE, 2000). A diminuição da taxa de fecundidade é demonstrada no Quadro 3, apontando a diminuição do número de componentes familiares, porém mantendo um nível de, no mínimo, quatro componentes por família.

Figura 10- Membros das famílias das comunidades rurais *Capoeirinha e Dois Paus*.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 3- Taxas de fecundidade total, segundo as grandes regiões - 1940/2000.

Grandes regiões	Taxas de fecundidade total						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	6,2	6,2	6,3	5,8	4,4	2,9	2,3
Norte	7,2	8	8,6	8,2	6,4	4,2	3,2
Nordeste	7,2	7,5	7,4	7,5	6,2	3,7	2,6
Sudeste	5,7	5,5	6,3	4,6	3,5	2,4	2,1
Sul	5,7	5,7	5,9	5,4	3,6	2,5	2,2
Centro-Oeste	6,4	6,9	6,7	6,4	4,5	2,7	2,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940-2000.

Embora o êxodo rural seja apontado como a maior causa da diminuição da população rural, sendo demonstrado que, no final do século XX, em duas décadas (1960-1980), 27 milhões

de pessoas deixaram o meio rural, enquanto que, entre 1991 e 2000, ocorreu uma saída de aproximadamente 4 milhões de pessoas (BELTRÃO, *et al.*, 2004). A diminuição do número de componentes familiares também pode levar ao enfraquecimento da agricultura familiar.

Nesse contexto, a diminuição dos componentes familiares, ao longo do tempo, poderá levar ao esvaziamento demográfico do meio rural, uma vez que a maioria dos agricultores familiares são filhos de agricultores e produzem, em grande parte, sobre a mesma terra que foi de seus pais.

2.2.2 *Gênero dos sucessores*

Outra característica familiar analisada foi o gênero dos sucessores. A Figura 11 demonstra os resultados obtidos. A comunidade rural Capoeirinha apresenta oito sucessores de gênero masculino, enquanto cinco sucessores são femininos. Na comunidade rural Dois Paus, a situação se inverte, somente quatro sucessores são do gênero masculino, enquanto dez são femininos.

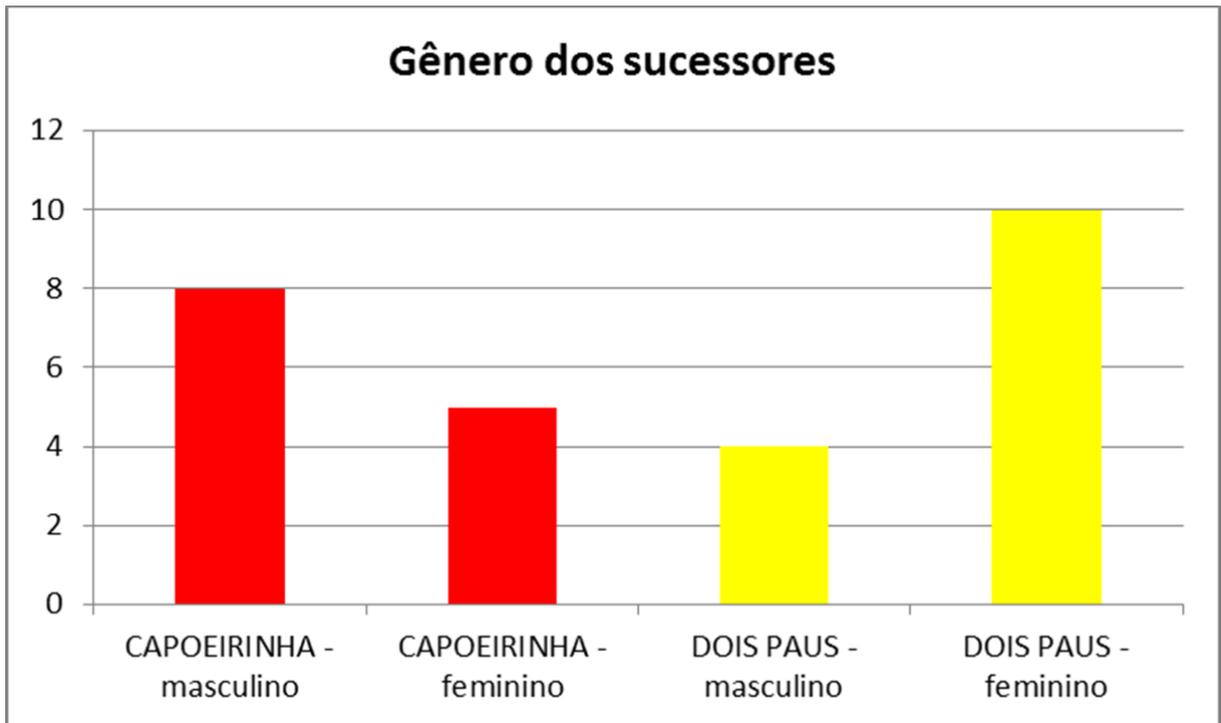
Segundo o CENSO 2010, o município de Campos Gerais é composto por 14.602 indivíduos do sexo masculino (51%) e 13.561 componentes do sexo feminino, ou seja, 49% do total. Ao analisarmos individualmente cada comunidade, verificamos que a comunidade rural Capoeirinha está de acordo com o CENSO 2010, apresentando 61,5% de sucessores masculinos e 38,5% de sucessores femininos. Uma grande maioria masculina não implica em limitação na participação da mulher na propriedade, como define Woortmann (1992). Para a autora, as relações internas na família e na comunidade se caracterizam pela complementariedade de gênero.

Por outro lado, a comunidade rural Dois Paus apresenta 28,5% de sucessores masculinos e 71,5% de sucessores femininos. A análise dos dados das duas comunidades, conjuntamente, demonstra que 44,5% dos sucessores são masculinos e 55,5% são femininos.

Outro fator a ser observado é o aumento de famílias sob a responsabilidade feminina (IBGE, 2000). O crescimento das famílias sob essa responsabilidade pode ser observado no fato de que, com o montante de 48,2 milhões de famílias no Brasil, 12,8 milhões estão sob a responsabilidade da mulher, ou seja, 26,7% (IBGE, 2000). Embora nenhuma família tenha

declarado a mulher como chefe de família, é importante ressaltar que em todas as famílias participantes da pesquisa a mulher tem papel fundamental na tomada de decisões e conhece a rotina da propriedade rural, participando do processo de trabalho e gestão diretamente.

Figura 11- Gênero dos sucessores das famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação à questão sucessória e ao gênero dos sucessores, podemos observar, ao longo do tempo, que os sucessores são regularmente os filhos homens (CARNEIRO, 2001; SANTOS, 1984; WOORTMANN, 1995). A escolha das mulheres como sucessoras é rara e ocorre em casos em que não há filhos homens na maioria dos casos (SPANEVERELLO, 2008). Essa distinção tem origem na naturalização do papel de homens e mulheres, respectivamente, o produtivo e o reprodutivo. A agricultura ainda é vista como uma ocupação predominantemente masculina, e o trabalho das mulheres na agricultura familiar, reconhecido apenas como “ajuda”, sendo parcialmente produtivo (WOORTMANN, 1995).

Na verdade, o processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do trabalho são enviesados contra a mulher. Nas regiões coloniais em que predomina a agricultura familiar, verifica-se um padrão a respeito da sucessão das propriedades rurais. Esse padrão comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra, enquanto que as mulheres se tornam agricultoras por casamento (STRAPASOLAS, 2004, P.254).

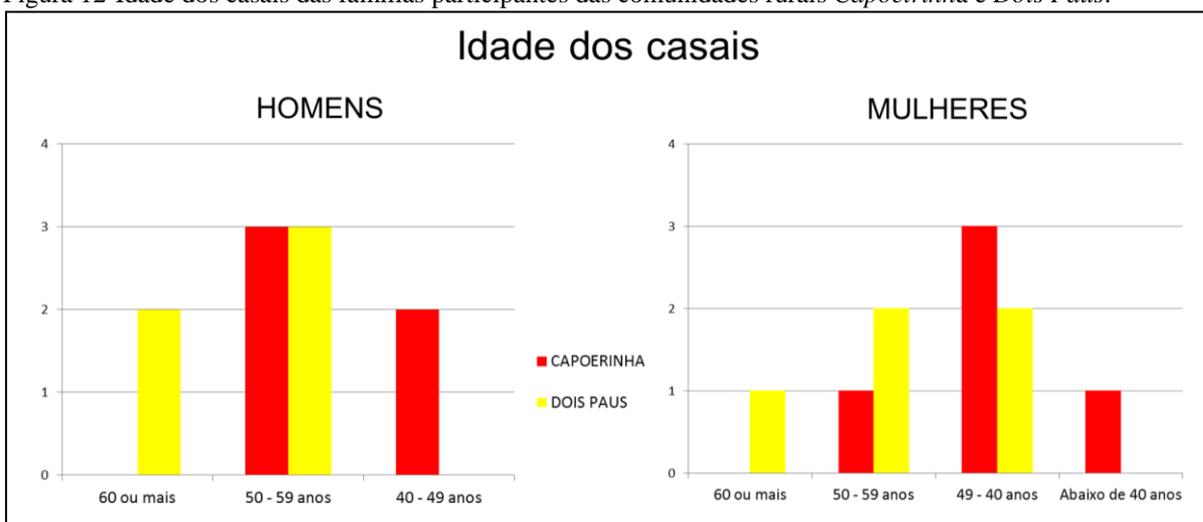
Observamos que, durante o levantamento dos dados, foi constatado que muitas vezes a permanência das mulheres no campo se dá pela grande influência do cônjuge. Mas convém ressaltar que não é um fato preponderante já que uma família morava na cidade e passava o dia no campo, pela influência da mulher, já que a cidade possibilita certas facilidades como acesso à escola dos filhos.

2.2.3 Faixa etária dos casais

A faixa etária dos casais também foi analisada e pode ser observada na Figura 12. Os homens, na comunidade Capoeirinha, apresentam idade acima dos 40 anos, sendo que dois ficam entre os 40 e 49 anos e três, entre 50 e 59 anos. Enquanto uma das mulheres tem idade menor do que 40 anos, três estão entre 49 e 40 anos e uma está acima de 49 anos. Na comunidade Dois Paus, a faixa etária é deslocada para o aumento da idade dos homens, sendo que três homens estão entre 50 e 59 anos e dois estão acima dos 60 anos. O mesmo se dá para as mulheres, duas estão entre 40 e 49 anos, duas estão entre os 50 e 59 anos e uma, acima dos 60 anos.

O comparativo dos dados demonstrou que a comunidade rural Dois Paus apresenta faixa etária maior do que a da comunidade rural Capoeirinha, indicativo de que, segundo o CENSO 2010, a comunidade Dois Paus segue em avanço na taxa de envelhecimento.

Figura 12-Idade dos casais das famílias participantes das comunidades rurais *Capoeirinha* e *Dois Paus*.



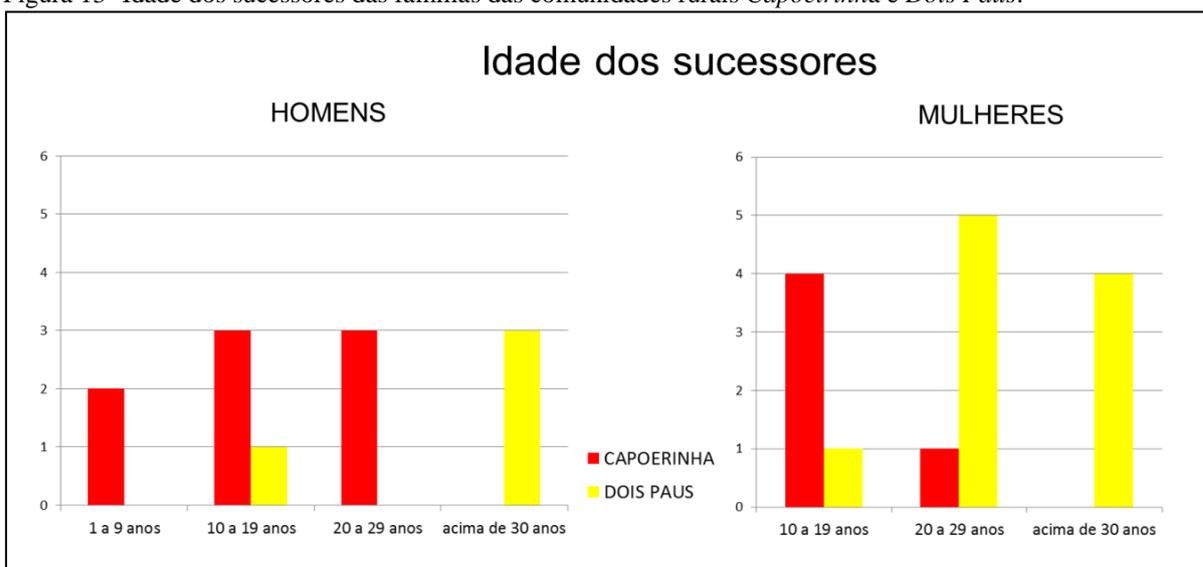
Fonte: Resultados da pesquisa.

2.2.4 Faixa etária dos sucessores

Na comunidade Capoeirinha os sucessores masculinos estão dispostos na seguinte forma: dois sucessores entre a faixa de um a nove anos, três sucessores entre dez a 19 anos e três sucessores entre 20 a 29 anos. O gênero feminino tem composição mais jovial do que a dos sucessores masculinos, com quatro sucessores de dez a 19 anos e um acima dos 19 anos (Figura 13).

Como esperado, a faixa etária dos sucessores da comunidade Dois Paus é um pouco mais velha em relação à comunidade Capoeirinha. Podemos observar que apenas um sucessor masculino está na faixa etária de dez a 19 anos e os outros três estão na faixa etária acima de 30 anos. No caso dos sucessores femininos, um está na faixa etária de dez a 19 anos, cinco estão entre os 20 a 29 anos e quatro estão acima dos 30(Figura 13).

Figura 13- Idade dos sucessores das famílias das comunidades rurais *Capoeirinha e Dois Paus*.

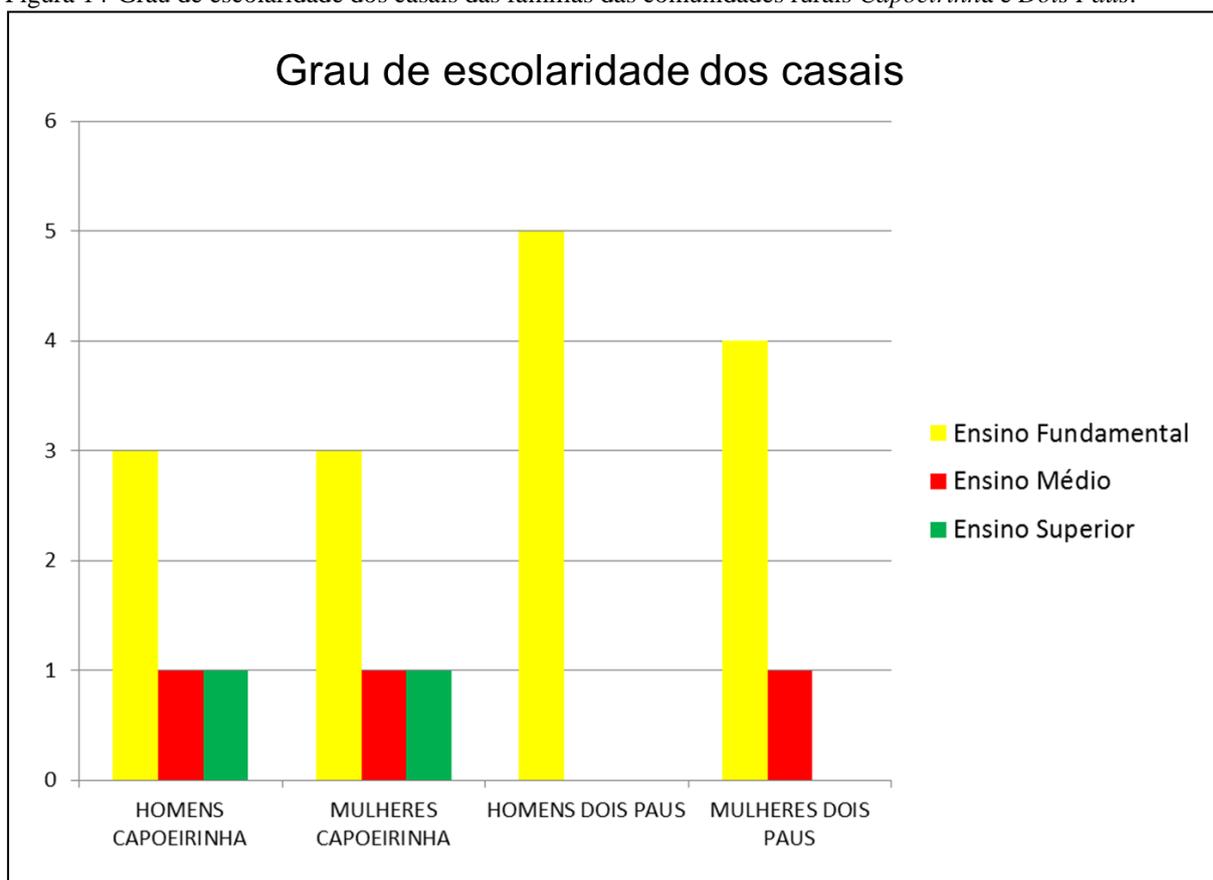


Fonte: Resultados da pesquisa.

2.2.5 Grau de escolaridade dos casais

Quanto ao grau de escolaridade, verificamos similaridade de resultados entre homens e mulheres, como apresentado na Figura 14. O Censo 2010 (IBGE, 2010) mostra que quase a metade da população (43,8%) com 25 anos ou mais não tem o ensino fundamental completo. Quando tratamos dos números na zona rural, a diferença é ainda maior, 79,6% não terminaram o ensino fundamental. Podemos observar, na comunidade Capoeirinha, predominância no grau de escolaridade dos casais, sendo que 60% apresentam apenas o ensino fundamental. Possivelmente essa colocação intermediária entre a zona urbana e a zona rural, encontrada na comunidade Capoeirinha, se deva à proximidade da comunidade com a cidade.

Figura 14-Grau de escolaridade dos casais das famílias das comunidades rurais *Capoeirinha e Dois Paus*.

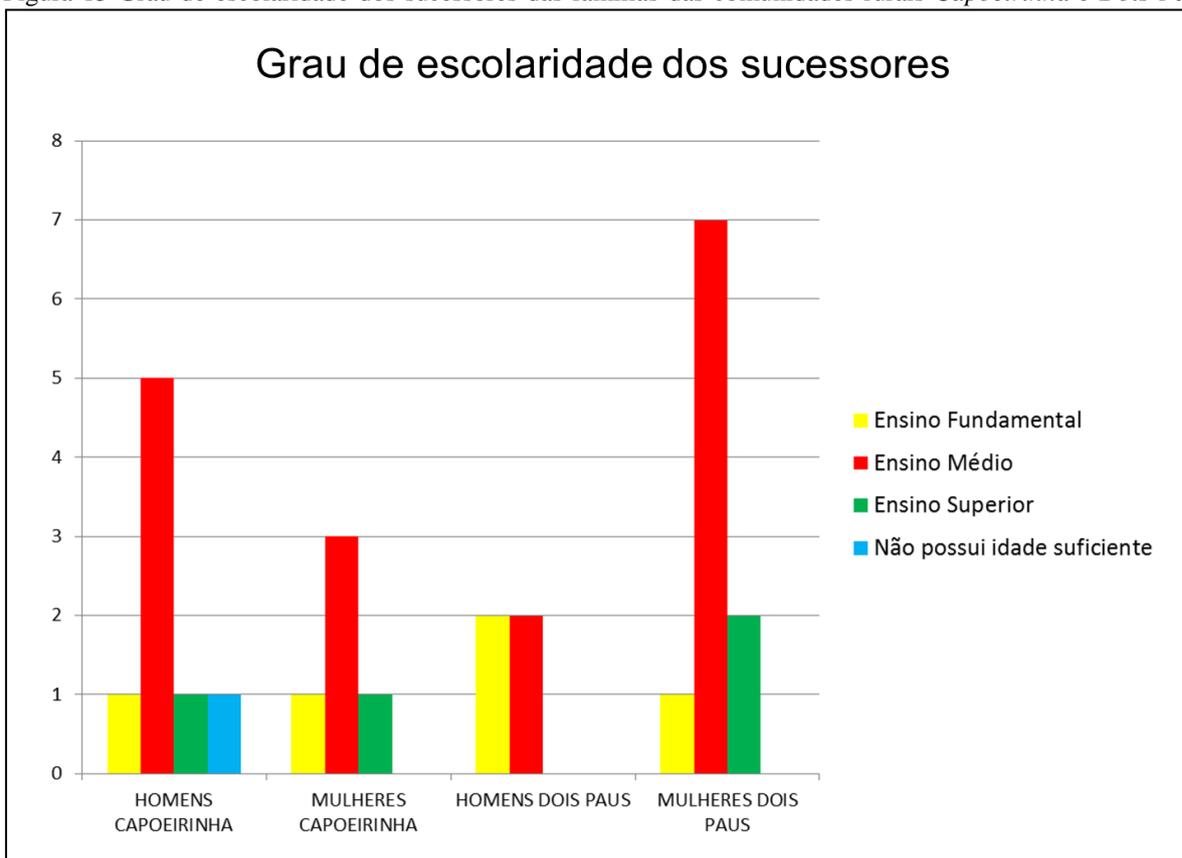


Fonte: Resultados da pesquisa.

2.2.6 Grau de escolaridade dos sucessores

Foi observada diferença na escolaridade dos sucessores dos gêneros masculino e feminino na comunidade rural Capoeirinha, como mostra o gráfico a seguir (Figura 15). A diferença inicial encontrada pode ser explicada pela idade dos sucessores, detectamos que dois dos sucessores do gênero masculino possuem entre um a nove anos e o grau de escolaridade está dividido entre um sucessor que está no ensino fundamental e um ainda não possui idade para frequentar a escola. Enquanto a idade dos sucessores do gênero feminino é acima dos dez anos, estando, portanto, todos em idade escolar. Não foram constatados índices de analfabetismo em ambos os gêneros dos sucessores. A maioria dos sucessores de ambos os gêneros ou possuem ou estão frequentando o ensino médio.

Figura 15-Grau de escolaridade dos sucessores das famílias das comunidades rurais *Capoeirinha* e *Dois Paus*.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Temos igual proporção entre sucessores com ensino superior e fundamental com um dos sucessores masculinos estando no ensino superior. Entretanto, quando comparados com o gênero feminino, os dados indicam que as mulheres possuem maior grau de escolaridade do que os homens e a maior parte dos sucessores femininos têm entre dez a 19 anos, portanto, mais jovens do que os homens.

Quando observado o grau de escolaridade dos sucessores da comunidade rural Dois Paus, notamos que os sucessores do gênero feminino possuem maior grau de escolaridade, sendo que sete possuem o ensino médio, dois possuem o ensino superior e um, o ensino fundamental. Em relação aos sucessores masculinos, dois possuem o ensino fundamental e dois, o ensino médio (Figura 15). É importante ressaltar que, na comunidade Dois Paus, apenas um sucessor feminino está frequentando a escola, diferente do que foi observado na comunidade Capoeirinha. Esse fato se deve pela idade mais avançada dos sucessores da comunidade Dois Paus.

Um fator em comum que foi observado em campo pode de certa maneira se relacionar com a tendência de que as mulheres possuem maior escolaridade que os homens, pois geralmente o filho homem é deslocado ao serviço de rotina da manutenção da propriedade, enquanto a filha busca entrar em uma universidade e viver uma vida mais urbanizada, com tendência a buscar casamento fora do meio rural. No entanto destacamos que podem existir inúmeras perspectivas de futuro contra essa tendência mais geral de saída das mulheres.

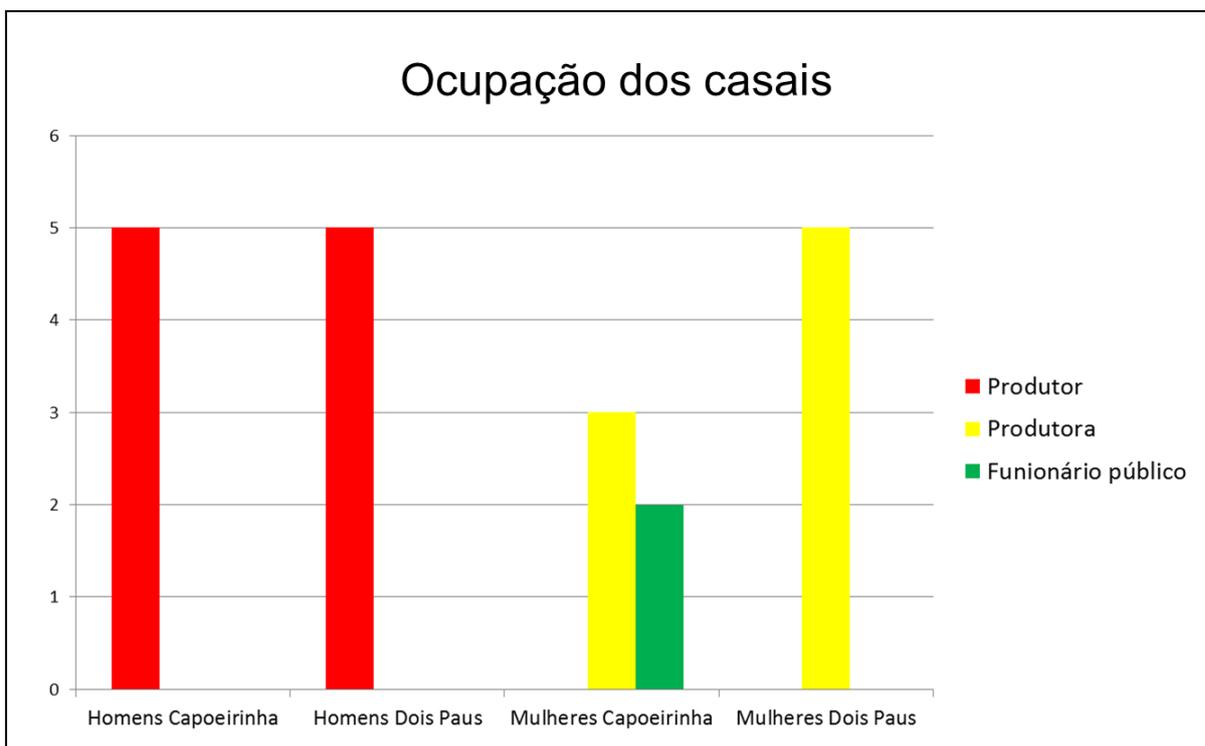
Um exemplo é o caso de uma descendente de família participante da pesquisa que, apesar de formada no ensino superior, trabalha na parte administrativa e burocrática do estabelecimento familiar. A filha, apesar de saber fazer todo o serviço necessário da propriedade, foi incentivada pelos pais a ingressar em uma universidade, formou-se em farmácia e, mesmo assim, faz todo o serviço burocrático do lote familiar, como pagamento de financiamentos, impostos, boletos etc. Apesar de o sucessor masculino ter a mesma oportunidade de ingressar no ensino superior, ele rejeitou a proposta dos pais justamente para permanecer com o manejo da terra. Neste caso, não observamos nenhum tipo de ciúmes entre os sucessores como também nenhuma preferência por um ou outro pelos pais. A maioria dos sucessores que possui ensino fundamental ainda está frequentando a escola.

2.2.7 Ocupação dos casais

Como pode ser observado na Figura 16, a seguir, todos os casais das duas comunidades possuem ocupação. Dada a diferença entre os homens, 100% são produtores, o que justifica pela sua exclusividade de dedicação à unidade produtiva, enquanto existem duas mulheres com trabalhos externos. Os homens não têm ocupação externa, o que os tornam dependentes da produção na propriedade.

As mulheres das duas comunidades cuidam dos afazeres domésticos, auxiliam na produção da propriedade e atuam também no sustento da casa, sendo que duas mulheres da comunidade rural Capoeirinha atuam como funcionárias públicas (docente e auxiliar administrativo educacional), provendo uma renda externa e auxiliando as finanças da família, neste caso ambas terão um regime de previdência estatutário de acordo com a legislação pertinente de cada órgão público.

Figura 16- Ocupação dos casais das famílias participantes das comunidades rurais *Capoeirinha* e *Dois Paus*.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Apenas um homem, na comunidade Capoeirinha, é aposentado por invalidez, em observância no campo ele falou, sorrateiramente e quase em um tom de voz imperceptível, que não gosta de falar que é aposentado inválido pela deficiência nas pernas. Segundo ele , se os vizinhos na comunidade souberem que ele é aposentado, as pessoas farão comentários maldosos e até brincadeiras que ele não admite, como por exemplo, “Ter a vida ganha”, “marajá”, “ está com o burro na sombra”.

Segundo Fonseca (2000 p.43), as fofocas são episódios constantemente presentes na vida comunitária e podem servir para destruir a imagem de certos membros:

Atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo do indivíduo, a imagem de que ele faz de si. É como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente.

Em relação à comunidade Dois Paus, um casal é aposentado por tempo de contribuição. A aposentadoria é um benefício de suplementação aos anos de trabalho na unidade

produtiva. A finalidade e os princípios básicos da Previdência Social são previstos pela lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

O benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural é previsto no artigo 142, combinado com os artigos 25, II e 48, ambos da lei 8.213, de 1991. Nos termos dos referidos dispositivos, o trabalhador rural deve cumprir os seguintes requisitos legais para obter o benefício: a) idade mínima prevista no artigo 48, *caput* e §1º (em se tratando de segurado empresário rural, os limites de idade são os gerais do *caput*); b) carência de 60 meses de contribuição, se implementaram todas as condições até o ano de 1992. De 1993 em diante, a carência aumenta, segundo o artigo 142, até chegar às 180 contribuições mensais no ano de 2011, exigidas no artigo 25, II.

É necessário, também, que se observe o disposto no artigo 143 da lei 8.213, de 1991, que prevê regra especial em relação aos trabalhadores rurais, não exigindo o recolhimento de contribuições, mas apenas a prova do efetivo trabalho rural, ainda que descontínuo, no período igual ao de carência (prevista no art. 142 da mesma lei), imediatamente anterior ao requerimento do benefício.

E o trabalho rural, frisemos, pode ser descontínuo, desde que exercido no período igual ao de carência do artigo 142, imediatamente anterior ao preenchimento dos requisitos para o benefício no caso. O trabalho rural no período anterior à data em que completou a idade mínima do benefício – 60 e 55 anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente, homens e mulheres.

É importante notar ser irrelevante o fato de o segurado rural ter deixado de trabalhar nos últimos meses ou anos anteriores ao requerimento administrativo de benefício ou ação judicial, desde que tenha preenchido os requisitos legais da aposentadoria, quando completou a idade mínima exigida, embora, somente tempos após ter deixado de trabalhar, venha a solicitar a concessão de seu direito. Nessa hipótese, o segurado não perde o direito já adquirido ao benefício, conforme dispõe o § 1º do art. 102, da lei 8.213, de 1991.

Outro aspecto interessante é que as mulheres são caracterizadas, conforme a legislação, como rurículas, pois, além de cuidar dos afazeres domésticos, também se dedicam a cultivar uma horta de verduras, uma roça de milho e o bom relacionamento entre todos os componentes da família.

2.2.8 Ocupação dos sucessores

A ocupação dos sucessores mostra que a grande maioria de ambos os gêneros, nas famílias participantes do estudo na comunidade Capoeirinha, se situa como dependentes dos pais. Fato esse facilmente verificado pela composição etária dos sucessores, observados na Figura 13. Sendo assim, observamos que seis sucessores masculinos e quatro sucessores femininos são dependentes. Um sucessor masculino é produtor e outro é operador de máquina de bordar, enquanto que um sucessor feminino é farmacêutico.

Em relação à ocupação dos sucessores nas famílias participantes do estudo da comunidade Dois Paus, apenas um sucessor feminino é dependente, o restante dos sucessores, masculino ou feminino, possuem ocupação diversificada, como pode ser observado a seguir.

Sucessores masculinos: produtor (3) e comerciante (1).

Sucessores femininos: comerciante (3), autônomo (1), administrador de empresa (1), manicure (1), professor (1), empregada doméstica (1), do lar (1).

O fato de não aparecer nenhuma produtora no levantamento da pesquisa entre os sucessores demonstra o desenho da sucessão que aponta tendência ao gênero masculino como sucessor, só que isso nunca é declarado de maneira espontânea pelos casais, possivelmente para se evitar algum conflito entre os herdeiros.

É interessante notar que, no caso da família já mencionada, a sucessora feminina possui curso superior em farmácia, ainda mora com os pais e conhece toda a rotina da propriedade, tem uma ligação muito estreita com o pai. Quando foram iniciadas as perguntas sobre sucessão, inevitavelmente a conversa acabou girando em torno do processo perecível da vida, causando grande desconforto da filha e muitas brincadeiras, quando se tratou da morte pelo casal, como, por exemplo: “Filha o que vai fazer quando eu e sua mãe batermos as botas?” A filha até se retirou momentaneamente da sala onde a pesquisa era realizada e deu a perceber seu tom bem sério, dirigido aos pais: “Vocês podem parar com essa brincadeira! Não gosto nem de pensar quando isso acontecer!”.

É muito curioso tratar de sucessão, pois sempre o curso da conversa naturalmente caminha para a questão da morte, e um produtor tratou do assunto até com naturalidade e relatou o caso que acontecera com seu avô que construía sua campa no cemitério, colocara a sua foto e por várias vezes fazia visitas antes de falecer.

Podemos averiguar que um sucessor dessa mesma família já é produtor, apesar de o mesmo se encontrar na propriedade de seus pais, ele administra um pedacinho de terra que o pai destinou ser a sua produção própria. Apesar disso o sucessor ajuda no cultivo de toda a propriedade para a sua manutenção produtiva e o sustento da família. Não foi notada nenhuma espécie de desacordo entre os pais e o sucessor. Segundo eles, todo trabalho, a conversa e o relacionamento familiar ocorrem o mais harmonicamente possível.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES DAS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES RURAIS DA CAPOEIRINHA E DOIS PAUS

2.3.1 Características do sistema de água das propriedades das famílias das comunidades rurais da Capoeirinha e Dois Paus

Todo o abastecimento de água das comunidades da Capoeirinha e Dois Paus se caracteriza com três tipos de sistema que foram descritos pelos respectivos proprietários: mina d'água, poço artesiano e cisterna.

A mina d'água possui um sistema de manejo bastante interessante, em que a preservação ambiental é essencial com a preservação da mata ciliar e cercamento “do olho d'água” para evitar a aproximação de ruminantes e muares que acabam pisoteando e compactando o solo, ameaçando o olho d'água.

Mesmo no período da seca o abastecimento de água na propriedade é mantido ainda se houver aumento significativo da demanda.

O sistema de cisterna, segundo os proprietários, é muito trabalhoso, pois, à medida que o nível de água vai abaixando, têm que ser realizadas escavações para o rebaixamento da cisterna e aumento da reserva da água.

Quando a cisterna se esgota, outra localidade, dentro da propriedade, é escolhida para a confecção daquela.

Por final o sistema de poço artesiano que realiza a perfuração através de sonda tem custo elevado, pois depende de contratação de uma empresa para realizar esse tipo de serviço. A

retirada da água é feita através de uma bomba elétrica pela grande profundidade da perfuração do poço.

Toda a manutenção da lavoura com relação à dependência de água em todas as propriedades que foram visitadas depende, exclusivamente, de ciclos regulares de chuvas, e existe somente um tipo de irrigação manual da exploração comercial de hortaliças.

2.3.2 Características dos sistemas produtivos e pluriatividade nas comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus

Em relação ao sistema produtivo nas propriedades das famílias nas comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus (Figuras 17 a 41), podemos observar que, embora ocorra certa diversidade, na produção comercial das propriedades prevalece a cafeicultura, sistema predominante na região do sul de Minas (Quadro 4).

A diversidade pode ser observada, sobretudo, na produção para autoconsumo da propriedade, sendo que a maioria das propriedades é autossuficiente em leite, verduras, legumes e frutas (Quadro 5). Destacamos que o excedente dessas produções também é comercializado.

O trabalho é dividido entre os componentes da família, os homens se responsabilizam pela produção comercial, com os filhos mais velhos (na maioria das propriedades), e as mulheres se responsabilizam pela produção para autoconsumo, mesmo assim as mesmas vão para as lavouras de café no período de safra.

Quadro 4- Sistema produtivo para comercialização das propriedades das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.

<i>FAMÍLIA</i>	<i>PRODUÇÃO COMERCIAL</i>
F1 Capoeirinha	CAFEICULTURA
F2 Capoeirinha	CAFEICULTURA / COMÉRCIO VENDA RURAL
F3 Capoeirinha	PISCICULTURA / FRANGO / APICULTURA (ÁREA DE RESERVA AMBIENTAL)
F4 Capoeirinha	CAFEICULTURA / MILHO / GADO / TORREFAÇÃO
F5 Capoeirinha	PISCICULTURA
F1 Dois Paus	CAFEICULTURA / MILHO / ARROZ / FEIJÃO
F2 Dois Paus	QUEIJO / MILHO / ARROZ / FEIJÃO
F3 Dois Paus	CAFEICULTURA
F4 Dois Paus	MILHO / ARROZ / FEIJÃO
F5 Dois Paus	CAFEICULTURA

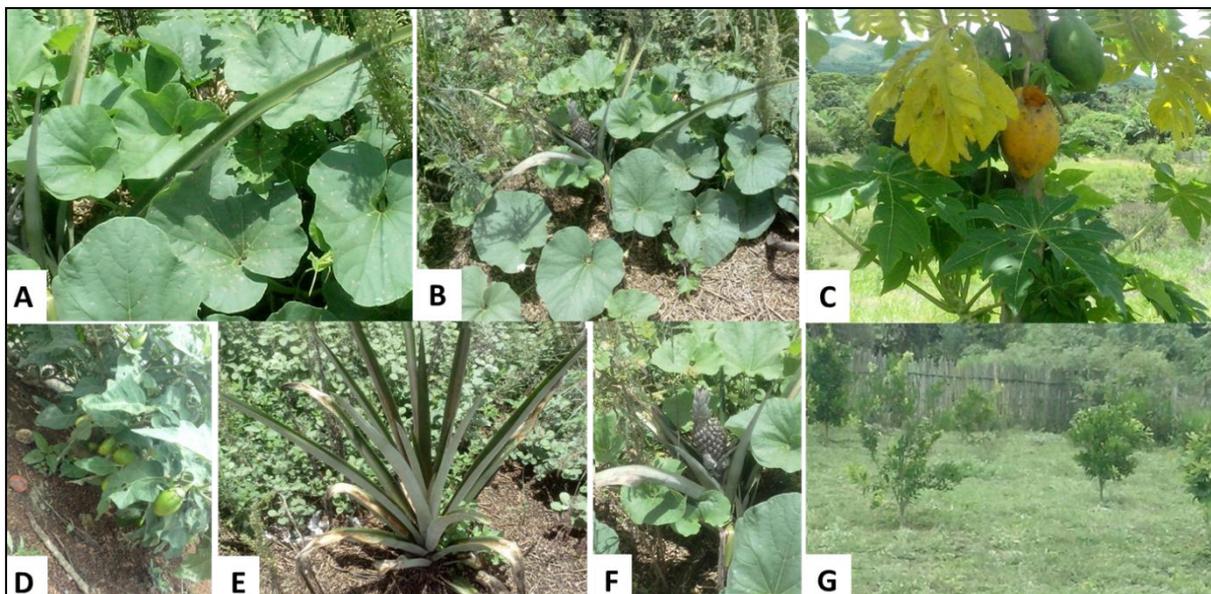
Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 5- Sistema produtivo para autoconsumo das propriedades das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus.

<i>FAMÍLIA</i>	<i>AUTOCONSUMO</i>
F1 Capoeirinha	HORTA DE VERDURAS / POMAR / VACAS DE LEITE / FRANGO
F2 Capoeirinha	HORTA DE VERDURAS / POMAR / FORNECE O PASTO EM TROCA DO LEITE
F3 Capoeirinha	HORTA DE VERDURAS / VACAS DE LEITE / VACA DE CORTE / FRANGO / PEIXE
F4 Capoeirinha	HORTA DE VERDURAS / POMAR / VACAS DE LEITE
F5 Capoeirinha	HORTA DE VERDURAS / POMAR / VACAS DE LEITE / FRANGO / PEIXE / PORCO
F1 Dois Paus	HORTA DE VERDURAS / POMAR / VACAS DE LEITE / FRANGO / PEIXE / PORCO
F2 Dois Paus	HORTA DE VERDURAS / POMAR / VACAS DE LEITE / FRANGO / PORCO
F3 Dois Paus	HORTA DE VERDURAS / POMAR / VACAS DE LEITE / FRANGO
F4 Dois Paus	POMAR / FRANGO / PORCO
F5 Dois Paus	HORTA DE VERDURAS / FRANGO / PORCO

Fonte: Resultados da pesquisa.

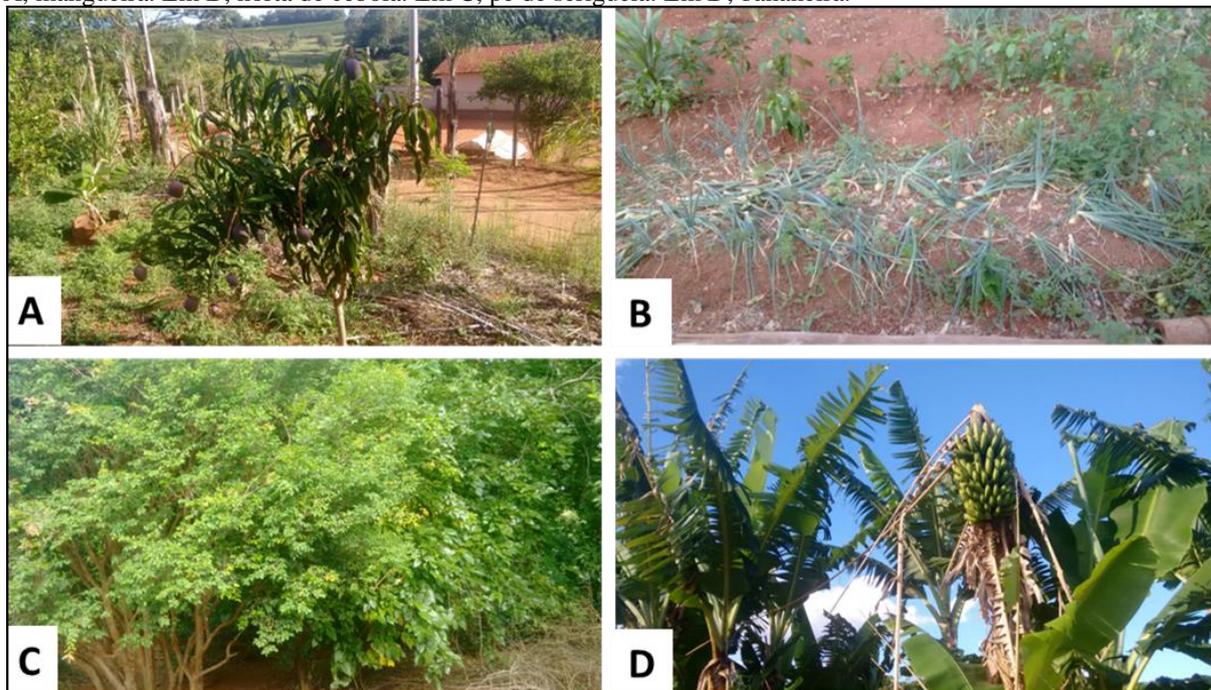
Figura 17- Sistemas produtivos (horta e pomar) das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A e B, plantação de abóbora. Em C, mamoeiro. Em D, pé de jiló. Em E e F, pé de abacaxi. Em G, pomar de frutas cítricas.



Fonte: Autor.

Os itens produzidos nos sistemas produtivos acima também são utilizados para se fazer doces e geleias. Lembremos que quase não há desperdícios, pois os frutos que não são consumidos ou apodrecem acabam virando alimento para os suínos ou aves e também adubo.

Figura 18- Sistemas produtivos (horta e pomar) das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A, mangueira. Em B, horta de cebola. Em C, pé de seriguela. Em D, bananeira.



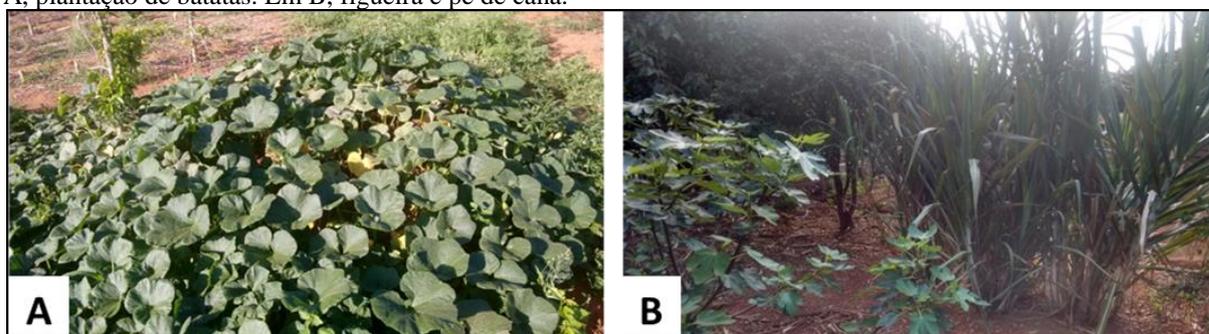
Fonte: Autor.

Figura 19- Sistemas produtivos (horta) das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A, plantação de vagem. Em B e D, plantação de couve. Em C, plantação de jiló. Em E e F, plantação de quiabo.



Fonte: Autor.

Figura 20- Sistemas produtivos (horta e pomar) das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A, plantação de batatas. Em B, figueira e pé de cana.



Fonte: Autor.

Figura 21- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Plantação de hortaliças para comercialização.



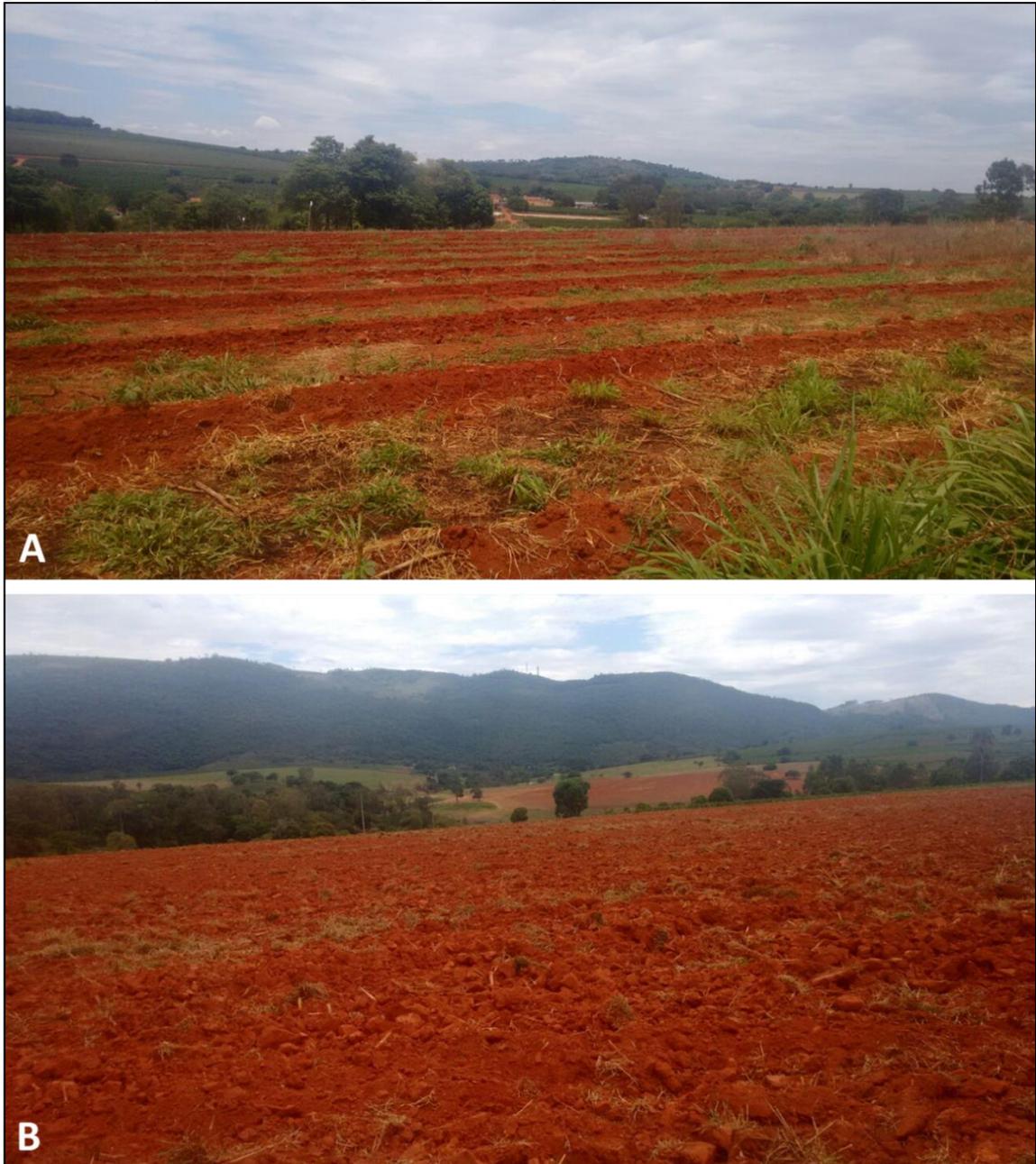
Fonte: Autor.

Figura 22- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Plantação de hortaliças para autoconsumo.



Fonte: Autor.

Figura 23- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A, preparo da terra, por meio de tração animal, com sulcador, para o plantio de feijão. Em B, preparo da terra, por meio de tração mecânica, arado, para o plantio de feijão.



Fonte: Autor.

A Figura 23 A mostra que o preparo da terra com sulcador (tração animal) é menos impactante do que o preparo por tração mecânica (Figura 23 B). Segundo relato dos produtores, a tração mecânica expõe boa parte da microvida do solo em contato com o Sol, causando sua desidratação e perda de muitos nutrientes. Embora o uso da tecnologia no caso do arado

mecânico facilite no aspecto de mão de obra e tempo, sua consequência em relação ao ambiente causa desequilíbrios.

Figura 24- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A, criação de suínos. Em B e C, criação de aves. Em D, produção de ovos.



Fonte: Autor.

Figura 25- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A, criação de suínos. Em B, criação de aves.



Fonte: Autor.

Figura 26- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A e B, proprietário tratando das aves.



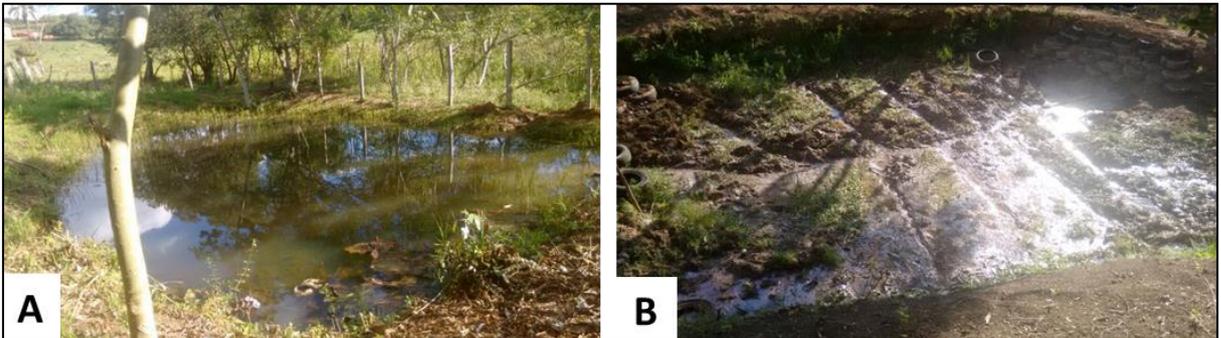
Fonte: Autor.

Figura 27- Sistemas produtivos (piscicultura) das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha.



Fonte: Autor.

Figura 28- Sistemas produtivos (piscicultura) das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus.



Fonte: Autor.

A Figura 28A mostra um pequeno reservatório de água da propriedade utilizado para piscicultura. Já na Figura 28B vemos a drenagem para a ampliação do reservatório.

Figura 29- Sistemas produtivos (área de secagem) das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus.



Fonte: Autor.

Figura 30- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Em A, mecanização da colheita de café. Em B, área de secagem de café.



Fonte: Autor.

Figura 31- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Distribuição de calcário na lavoura de café.



Fonte: Autor.

Figura 32- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus, Cafezal.



Fonte: Autor.

Figura 33- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Pé de café.



Fonte: Autor.

Figura 34- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Cafezal.



Fonte: Autor.

Como podemos ver nas fotos, a cafeicultura é a principal atividade econômica da maioria das propriedades. Os cafezais já estão plenamente formados e produzindo, pois seu cultivo é feito por gerações e é muito marcante dentro das comunidades rurais, um produto que já se transformou em símbolo cultural dentro do município.

Figura 35- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Cafezal.



Fonte: Autor.

Figura 36- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Capoeirinha. Torrefação de café.



Fonte: Autor.

Figura 37- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Milho crioulo.



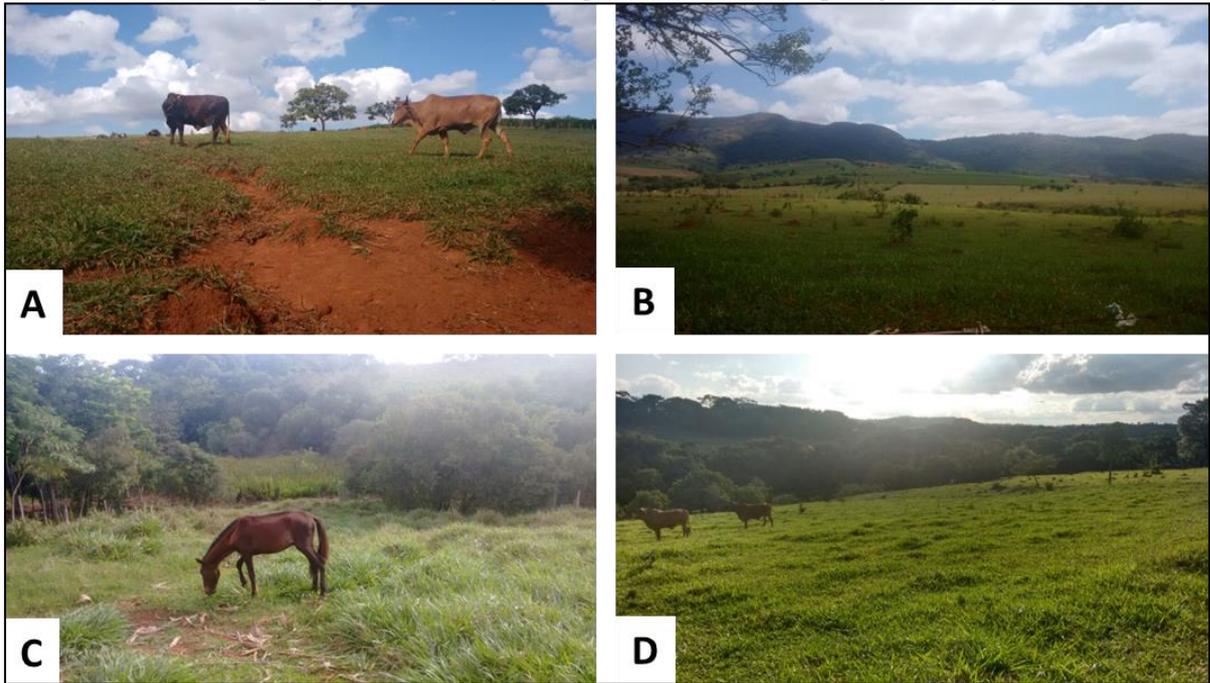
Fonte: Autor.

Figura 38- Fonte primária de produção de energia de propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. A lenha é muito utilizada nas comunidades rurais nos fogões à lenha.



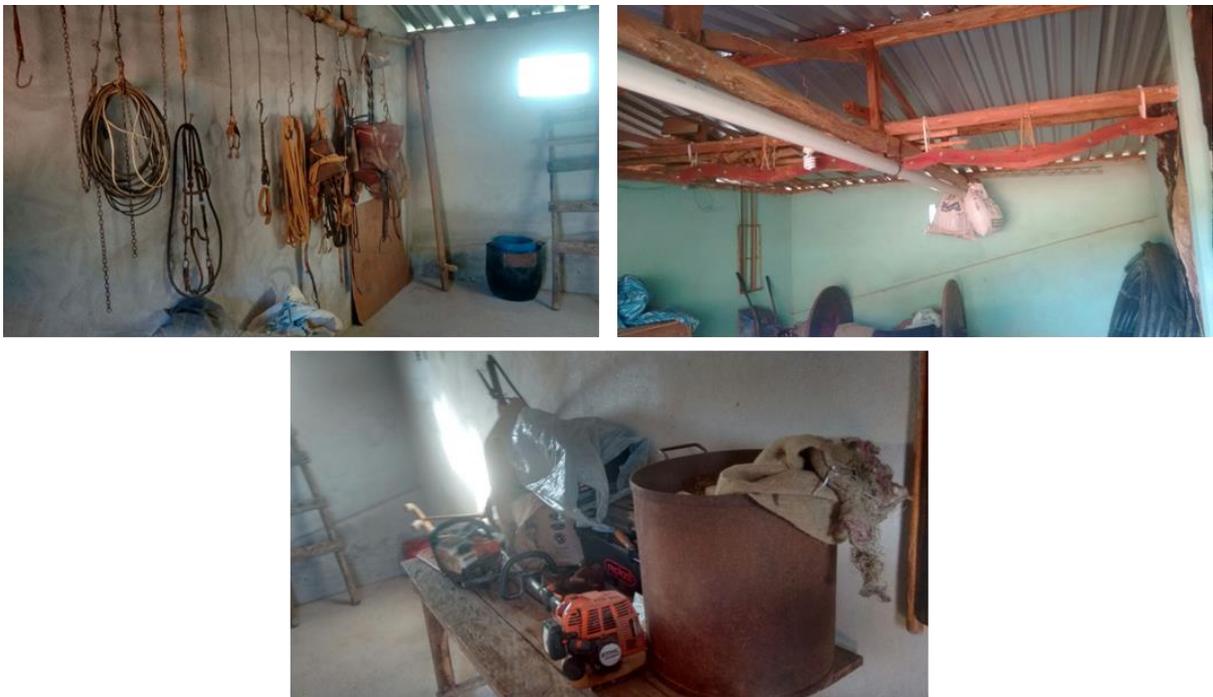
Fonte: Autor.

Figura 39- Sistemas produtivos das propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus. Em A, criação de bovinos. Em B, área de pastagem. Em C, criação de equinos. Em D, área de pastagem e criação de bovinos.



Fonte: Autor.

Figura 40- Almojarifado de implementos e ferramentas de propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus.



Fonte: Autor.

Figura 41- Almojarifado de implementos e ferramentas de propriedades das famílias na comunidade rural Dois Paus.



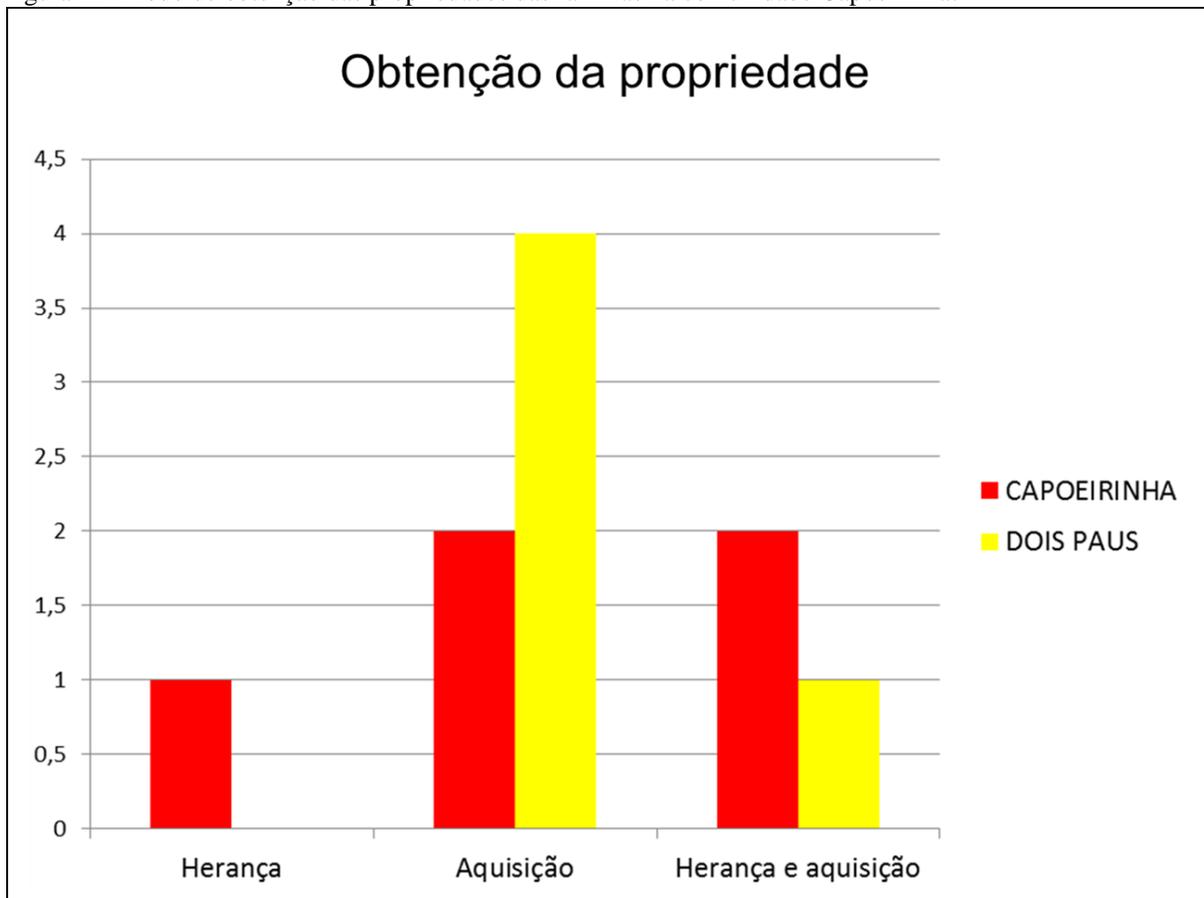
Fonte: Autor.

2.3.3 Características da obtenção das propriedades das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus

A obtenção da propriedade está envolvida em grande diversificação para os meios de sua posse. Como podemos verificar, entre as dez famílias (Figura 42), observamos que duas famílias da Capoeirinha e uma família de Dois Paus obtiveram a herança transmitida pelo pai, mas, pelo grande número de herdeiros, a propriedade foi dividida e, com o decorrer do tempo,

as famílias adquiriram outros hectares de terra na própria localidade ou em outra comunidade rural.

Figura 42- Modo de obtenção das propriedades das famílias na comunidade Capoeirinha.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Duas famílias da Capoeirinha e quatro famílias de Dois Paus não tiveram nenhum tipo de herança, obtendo a propriedade com recursos próprios, sendo que cinco casais tiveram suas origens na zona rural, mas não adquiriram a terra por herança e, por meio de muito esforço, adquiriram a gleba de terra com que tanto sonhavam e hoje estão estabelecidos nas comunidades Capoeirinha e Dois Paus.

Outro fato interessante, que também podemos verificar, é um casal que adquiriu a propriedade com recursos próprios, mas não nasceu na zona rural e veio da cidade de São Paulo. O casal empreendeu suas economias na compra de uma propriedade, onde foi construído um pesqueiro o qual gerou uma atividade econômica e comercial de sustento e também a qualidade de vida desejada. O marido, que era comerciante em São Paulo, fez cursos de capacitação em piscicultura, e a esposa, dona de casa e com nível superior, fez concurso para o

funcionalismo público do Estado de Minas Gerais. A renda maior da família provém da atividade da piscicultura, mas a mulher, trabalhando como secretária de uma escola estadual, obtém importante parcela da renda total da família. Já que a maioria do dinheiro vem do fato de a esposa ser funcionária estadual, eles não dependem do sistema público de saúde, pois, sendo ela servidora pública estadual, esse sistema fornece plano de saúde próprio, contribuindo ainda mais para a qualidade de vida. Apesar de não ser herdeira, essa família demonstrou maior segurança em termos de estratégia produtiva e composição de renda, ou seja, possui uma atividade principal (piscicultura) e pluriatividade com o salário da mulher funcionária pública.

Somente uma família, na qual o proprietário herdou de sua mãe as terras, está passando por um processo de arrendamento de parte das terras pelo desinteresse dos herdeiros. Já tentou diversas estratégias para os filhos manterem o funcionamento da propriedade pela grande ligação afetiva que possui com a mesma, mas os herdeiros não deram sinal de continuidade na vida no campo e muito menos na atividade agrícola.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA, EXERCIDAS PELA EMATER, NAS COMUNIDADES RURAIS CAPOEIRINHA E DOIS PAUS

A Emater (2016) é a maior empresa pública do setor rural no Brasil, e a Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater –MG - é a mais antiga, datando de 1948 e presente nos 790 municípios mineiros. Tem como metas a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira. Para o seu funcionamento, conta com várias parcerias com setores públicos e privados junto a prefeituras, câmaras legislativas, entidades de classe, associações rurais, dentre outros.

A Emater conta com ações no campo da sucessão rural, desenvolvidas por um programa denominado Juventude Rural e Sucessão na Agricultura Familiar. Esse programa visa à promoção do jovem rural e sua inserção social e produtiva por meio das seguintes diretrizes:

1. promover a autonomia econômica e financeira dos jovens;
2. inserir a juventude rural nas organizações de gestão social;
3. promover a implementação de atividades geradoras de renda;
4. articular para o acesso dos jovens nas políticas de acesso a terra.

Conforme podemos constatar, em campo, não há comprovação sobre o sucesso dessas ações, as capacitações dos jovens são realizadas, mas não há nada que comprove sua permanência na propriedade. Os agricultores familiares participam de atividades, mas, segundo eles, não existe qualquer continuidade do trabalho.

Todas as comunidades rurais do município recebem ações desenvolvidas pela Emater, que ajudam a melhorar suas condições de estabelecimento no local. É realizado o financiamento de custeio de todas as culturas, implementos, infraestrutura e armazenamento. Há um trabalho de conscientização sobre o uso de insumos agrícolas, o monitoramento pelos agrônomos da própria Emater ressaltando a orientação em gestão, agregação de valores etc. Os filhos possuem mais disposição para a realização dessas atividades, já que, sendo os herdeiros naturais, toda inovação para a facilitação da manutenção da propriedade é bem-vinda.

É preciso acentuar os objetivos mencionados pelo agente técnico da Emater na comunidade, como a valorização das pessoas, a gestão de competência, o fortalecimento da comunicação organizacional. É necessário igualmente sublinhar a preocupação da instituição com a produção sustentável e adequação ambiental como também a inclusão social e produtiva, enfatizando a agricultura familiar e a inserção dos produtos agrícolas familiares nos mercados. No entanto, entre o discurso oficial e a realidade das famílias e comunidades, existem vazios de ações do Estado que poderiam contribuir e potencializar ainda mais o processo de desenvolvimento agrícola e de sucessão familiar.

Lembremos que toda a parte de infraestrutura de conservação das estradas vicinais e galhos de estradas é realizada pela Prefeitura Municipal, que faz o cascalhamento periódico das comunidades. Sem contar que, no período de chuvas, as estradas sofrem mais intensamente com os buracos e tem que ser aguardado o período de secas para o conserto da via.

Vale destacar que a Emater incentivou a criação da feira dos pequenos produtores, todos os domingos, das 7 h às 12 h, os pequenos produtores comercializam seu excedente de produção e desenvolvem a comercialização de produtos com os próprios gêneros da propriedade como roscas, bolachas, doces, geleias, queijos e café processado (Figuras 43 a 44).

A feira é composta por 42 participantes, divididos entre 27 pequenos produtores dos Núcleos Familiares da Comarca e 15 pequenos empreendedores da municipalidade (Emater e Secretaria da Agricultura de Campos Gerais), como pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 6 - Núcleos familiares participantes da feira de pequenos produtores e produtos comercializados.

<i>PARTICIPANTE</i>	<i>NÚCLEO FAMILIAR</i>	<i>PRODUTOS</i>
1	Barreiro	Verduras e frutas
2	Barreiro	Salgados, doces, quitandas e pastel
3	Barro Preto	Verduras, frutas e frango
4	Barro Preto	Doces, frutas, verduras, quitandas e queijos
5	Boa Vista dos Campos	Verduras e frutas
6	Capoeirinha	Verdura, frutas, ervas e artesanato
7	Capoeirinha	Verduras e frutas
8	Capoeirinha	Caldo de cana, verduras e frutas
9	Capoeirinha	Caldo de cana
10	Capoeirinha	Café torrado e quitandas
11	Córrego do Ouro	Verdade, frutas e frango
12	Córrego do Ouro	Verduras, frutas, doces e peixes
13	Dois Paus	Verduras e frutas
14	Dois Paus	Verduras e frutas
15	Dois Paus	Peixe
16	Dois Paus	Churrasco
17	Fortaleza	Ovos, verduras e frutas
18	Galo	Verduras e frutas
19	Galo	Verduras, frutas, mel e ovos
20	Galo	Queijos, doces, salgados e pão de queijo
21	Galo	Mudas de plantas
22	Gramma	Verduras, frutas e doces
23	Grupiara	Pamonha, curau, quitandas e doces
24	Imbiruçu	Verduras, frutas, quitandas, doces, derivados do leite, Frango
25	Onça	Verduras e frutas
26	Paraíso	Churros, doces e quitandas
27	Pinhal I	Mel, doces, frutas, verduras e quitandas
28	Urbano	Doces, quitandas e cocadas
29	Urbano	Doces, salgados, pastel, refrigerante e sucos

30	Urbano	Doces, quitandas, rapadura, puxa e pastel
31	Urbano	Cocadas, doces, quitandas e pastel
32	Urbano	Quitandas, doces e suco
33	Urbano	Pastel, doces e massas
34	Urbano	Salgados
35	Urbano	Artesanato em geral
36	Urbano	Artesanato em geral
37	Urbano	Bijuterias
38	Urbano	Artesanato e crochê
39	Urbano	Vassouras
40	Urbano	Artesanatos, tortas e doces
41	Urbano	Artesanato em geral
42	Urbano	Artesanato, doces e bombons

Fonte: Emater e Secretaria de Agricultura de Campos Gerais.

A feira é composta por pequenos produtores de diferentes comunidades rurais, sendo que, dentre os 27 pequenos produtores participantes da feira, encontramos dois produtores da comunidade Barreiro; dois produtores da comunidade Barro Preto; cinco produtores da comunidade Capoeirinha (sujeito de pesquisa neste trabalho); dois produtores da comunidade Córrego do Ouro; quatro produtores da comunidade Dois Paus (sujeito de pesquisa neste trabalho); quatro produtores da comunidade Galo; um produtor de cada uma das comunidades a seguir: Boa Vista dos Campos, Fortaleza, Grama, Grupiara, Imbiruçu, Onça, Paraíso e Pinhal I. Todos os pequenos produtores das comunidades rurais participantes da feira comercializam produtos oriundos da produção rural, sejam eles *in natura* ou derivados. Os produtos comercializados podem ser visualizados no Quadro 5.

Em relação aos pequenos empreendedores da municipalidade, estes são formados por moradores da cidade e comercializam, em sua maioria, artesanatos e alimentos caseiros. A interação entre ambos os grupos é harmoniosa e sem disputas. Ambos os grupos se mostram dispostos a trabalhar pela melhoria da feira.

Figura 43- Feira dos pequenos produtores na cidade de Campos Gerais, MG.



Fonte: Autor.

Figura 44- Feira dos pequenos produtores na cidade de Campos Gerais, MG.



Fonte: Autor.

Um fato importante para ser relatado é que, em conversa com o tesoureiro da Associação de Produtores Rurais da Capoeirinha, o crescimento e união da comunidade ficam prejudicados, pois alguns associados não apresentam o relativo interesse no crescimento da associação. Segundo o relato daquele, alguns associados só ajudam se se apresentar algum ganho pessoal

para eles, não se importando com o crescimento e desenvolvimento comunitário. Fica evidenciado que a vida no campo não é só harmônica, mas apresenta algumas fraturas que ficam evidenciadas quando o indivíduo se direciona somente em tirar proveito daquilo que é de seu interesse.

CAPÍTULO 3

3.1 SUCESSÃO NA COMUNIDADE RURAL CAPOEIRINHA

Observamos que o tema da sucessão rural passou longe das porteiras da comunidade Capoeirinha. O assunto nem sempre é tratado com a seriedade necessária entre as lideranças rurais, associações de produtores e Secretaria de Agricultura, talvez por se tratar de um aspecto muito particular na esfera das decisões das famílias e carecer de refinamento metodológico para mensuração.

Alguns órgãos oficiais, como a Emater, tentam realizar estudos sobre essas consequências, que, em médio e longo prazo, poderão trazer desafios para a produção de alimentos na agricultura familiar (MINAS GERAIS, 2004; EMATER, 2016).

O assunto precisa ser introduzido de forma mais abrangente e concisa, buscando-se alternativas contra as incertezas que circundam a sucessão familiar. Diferentemente dos setores secundários e terciários, nos quais há preocupação na passagem de bastão entre uma geração e outra para o comando dos negócios familiares, essa situação é quase que inexistente no setor rural.

O proprietário rural também não é o único responsável por essa situação, já que o mesmo nunca recebeu qualquer tipo de instrução, incentivo e capacitação sobre o tema, deixando-o com “os pés e mãos amarradas” para tratar do assunto. É de fundamental importância capacitar o pequeno produtor, de maneira adequada, dentro da sua linguagem, estimulando uma proposição diária sobre sucessão para, assim, esta ser discutida com a família.

O assunto sobre a sucessão na comunidade Capoeirinha demonstra que somente há preocupação depois da morte do produtor. A resistência apresentada dos produtores com a questão da morte demonstra ser quase um “azar” o tratamento do assunto, de forma natural.

Os sucessores não gostam de se expressar e visivelmente não houve qualquer preocupação ou preparação para quando esse evento natural acontecer. O tema mexe bastante com as emoções da família, porém esse assunto tem que ser tratado de forma quanto mais profissional possível, como forma de planejamento da continuidade da família e da propriedade.

Para os que defendem a continuidade, o ideal é que os filhos estejam engajados no trabalho na propriedade e na produção de alimentos que a agricultura familiar oferece. O processo sucessório precisa ser administrado com cautela, preparação adequada e introduzido no dia a dia das famílias, para que a transferência ocorra sem qualquer sequela ao meio produtivo e ao desmembramento da propriedade.

Notamos até um discurso alinhado, entre todas as famílias, com relação à recomendação aos sucessores de não realização da venda da propriedade, incentivando-os a ficar na terra. Os pais, definitivamente, não querem a venda da propriedade.

Porém o jovem precisa estar a par que tem uma propriedade nas mãos, precisa, como ninguém, colocá-la para funcionar. Os cursos de capacitação, novos conhecimentos e métodos produtivos são fundamentais para a manutenção da propriedade. Buscar a sensibilidade dos pequenos produtores da comunidade Capoeirinha sobre a sucessão é o maior desafio até então encontrado.

Tais aspectos podem ser facilmente observados nas falas dos atores desta pesquisa:

FAMÍLIA 1: “Espero que continuem na atividade, mas nunca se sabe”.

O depoimento acima demonstra dúvida colocada quanto às decisões para a sucessão, sendo notada na fala a falta de planejamento.

FAMÍLIA 2: “Vou continuar aqui até ter saúde! Não pretendo voltar para a cidade de jeito nenhum”!

FAMÍLIA 3: “Pretendo ficar aqui até o fim, até morrer! Não quero voltar para São Paulo mais não – embora financeiramente muitas vezes tenho vontade. Você viaja para lá e fica doidinho para voltar”!

No próximo depoimento podemos notar que, mesmo que não haja planejamento quanto à sucessão, uma estratégia utilizada para a continuidade da propriedade é segurar os filhos até o leito de morte. Esse é mais um exemplo de que a sucessão é diretamente ligada à morte do proprietário.

FAMÍLIA 4: “Os filhos querem permanecer comigo até a velhice”.

FAMÍLIA 5: “Muito difícil! Os meninos não gostam de roça! Eu já estou perrengue”!

Um dos nossos questionamentos foi em relação a alguma propriedade em que a sucessão já tenha acontecido e como de fato se deu essa sucessão. O questionário semiestruturado, indicado no Apêndice 2, buscou verificar a visão do sucessor quanto ao futuro da propriedade.

Na comunidade Capoeirinha podemos relatar o caso de uma família que se encontra no processo sucessório; somente o filho mais velho participou da entrevista uma vez que sua irmã manifestou estar de acordo com a opinião do irmão.

Indagando ao sucessor sobre o processo de transição, o mesmo salientou que não ocorreu ainda, porém a responsabilidade de tomar conta da propriedade já se encontra em suas mãos. Relata, ainda, que os laços familiares se fortalecem com uma boa convivência “desde baixo”, quer dizer, na infância, pai, mãe e irmã sempre se mostravam comunicativos, não havendo qualquer empecilho de convivência entre todos.

O sucessor sempre foi estimulado pelos pais a aprender todas as rotinas do campo, e por meio daquele aprendizado foi condicionado a ter gosto pela atividade desenvolvida, enquanto a irmã foi estimulada a se dedicar aos estudos até sua formação profissional como farmacêutica.

Os atritos familiares são resolvidos com um planejamento em que há consenso de todos os membros familiares, cada um expondo a sua opinião a um virtual ou real problema a ser transposto. O assunto em pauta é facilmente digerido com uma boa e duradoura conversa, concebendo, assim, uma lista de etapas estipuladas ao acordo que estabeleceram durante aquela reunião familiar.

O trabalho na propriedade tem assiduidade somente do pai, mãe e filho (sucessor), a filha ocasionalmente ajuda. O pai tem a palavra final (por enquanto), as opiniões têm interferência relevante da mãe, a mão de obra mais pesada é responsabilidade do filho com contribuições / palpites do pai, visando ao aprendizado e manutenção da propriedade. Somente em extrema necessidade de mão de obra é que a irmã participa do trabalho, como o plantio de feijão, colheita do café, dentre outras atividades, uma vez que ela se encontra em atuação como farmacêutica no perímetro urbano.

O sucessor não tem planos de abandonar a propriedade, pois adora as rotinas do campo e já sabe que essa atividade garante a sua sobrevivência. A irmã pretende adotar outros planos,

mas por enquanto não abre mão de morar na propriedade, trabalhar na cidade e auxiliar, dentro das possibilidades, na manutenção da propriedade.

Até o momento a relação entre o irmão e a irmã tem se mantido fraterna e cordial em qualquer eventualidade até agora ocorrida na família.

Para o sucessor, não há nenhuma dificuldade quanto à sucessão. Sempre há troca da mão de obra do pai para o filho e a aprendizagem ocorre de forma gradativa e natural. Importante enfatizar que a morte é sempre um assunto delicado e difícil para se estabelecer um diálogo. Apesar de ser uma realidade próxima e natural, quando a pauta do assunto morte é colocada, logo é contornada, sendo tocada de forma rápida e ligeira, dando a sensação de que se falar da morte é algo que não traz sorte.

Qualquer assunto sobre a propriedade é tratado em conjunto, por todos, desde a compra de um automóvel até a aquisição de maquinário agrícola. A mãe, às vezes, questiona que não precisa mais participar das tomadas de decisões, mas logo é chamada a opinar, pois sua voz de comando é muito importante para a construção das decisões dentro da propriedade.

Os resultados obtidos da propriedade são cobrados diretamente ao sucessor e apresentados de forma transparente para o aval financeiro do pai que confecciona os cheques para quitar as dívidas; os questionamentos necessários e as cobranças pela excelência administrativa da propriedade são inevitáveis.

É muito difícil fazer uma projeção futura sobre a destinação da propriedade na falta dos pais, a ausência de ambos, embora seja a ordem natural da vida, é um tópico bem delicado, quando se trata da morte, mas o bom relacionamento entre os sucessores, que vem desde o berço, faz com que os pais acreditem que a propriedade não se dividirá.

3.2 SUCESSÃO NA COMUNIDADE RURAL DOIS PAUS

Para chegarmos aos sujeitos da pesquisa da comunidade Dois Paus, houve inúmeras dificuldades semelhantes às da comunidade Capoeirinha.

O pároco indicou o líder local para termos acesso às famílias da comunidade. No começo o ar de desconfiança é sempre muito natural, mas, com o desenrolar do escopo de trabalho, à medida que aumenta a confiança, o sujeito da pesquisa compreende o propósito da

mesma. Como consequência, ficou evidenciado que, por coincidência, todas as famílias participantes da pesquisa mostraram que a sucessão rural é questão importante, mas que nunca tinham pensado nisso.

A comunidade Dois Paus apresentou uma composição de gênero dos sucessores bastante diferente da comunidade Capoeirinha. A maioria é formada por mulheres que manifestam preocupação com a sucessão, porém é evidenciada grande falta de cuidado ao tratar do assunto.

Os relatos das famílias indicam o desconforto em se tratar da sucessão, pois é inevitável se deparar com o campo da morte; observamos grande desconforto durante o levantamento de dados na comunidade Capoeirinha. No discurso de uma família, especificamente, é assimilada a essência do desconforto com a relação à sucessão como podemos perceber na fala: “Não pensei sobre a transmissão da propriedade! Só depois que bater com as dez”!

O discurso demonstra que, em vida, não se pretende implantar nenhum plano sucessório, somente após a morte é que a disputa pelas frações da propriedade ou um possível acordo para a continuidade da unidade produtiva serão avaliados em comum acordo com as partes sucessórias. Como na comunidade Cachoeirinha, as situações de definição quanto à sucessão são desenhadas historicamente, porém sujeitas ao imprevisto e ao acaso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho visou conhecer se há preocupação com a continuidade sucessória no campo, considerando que os últimos levantamentos do Censo apontam diminuição significativa da população rural deslocando-se para as cidades.

No que tange à pesquisa, procuramos aplicar questionário a dez proprietários das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus, priorizando, na medida do possível, que o questionário fosse respondido pelo casal.

Neste trabalho, verificamos que ambas as comunidades rurais, Capoeirinha e Dois Paus, não apresentam nenhum tipo de planejamento sucessório, mas existe reconhecimento sobre a importância do assunto. Porém são muitos os fatores que se relacionam na sucessão e na continuidade familiar na terra. Para Cândido (1979 p.17),

...conhecer os meios de vida num agrupamento de caipiras: quais são, como se obtém, de que maneira se ligam à vida social, como se refletem as formas de organização e as de ajustes ao meio [...] aquelas recorrem à descrição, atém-se aos detalhes e às pessoas, a fim de integrá-los numa visão que abranja, em princípio, todos os aspectos da cultura.

Em função disso, embora as discussões sobre o planejamento familiar para a sucessão não ocorram enquanto eventos determinados, podemos auferir que, na prática, as situações são historicamente desenhadas e foram observadas nesta pesquisa por meio da ocupação dos possíveis sucessores.

As suposições no planejamento sucessório são perigosas, pois existem constantes interferências em diferentes momentos, nos quais a garantia e a manutenção da propriedade remetem a uma incógnita, que poderá ser alterada no passar dos anos. Um exemplo disso são as estratégias matrimoniais das famílias a partir da existência de filhos e/ou filhas, possivelmente sucessores. Este trabalho demonstrou que a permanência dos filhos homens na propriedade é uma tendência no caso da comunidade Capoeirinha, diferente do que ocorre com a comunidade Dois Paus, que apresenta um número maior de mulheres como sucessoras e a permanência na propriedade depende diretamente de seu cônjuge.

É preciso acentuar que nas duas comunidades houve muitas mudanças no dia a dia do campo pela grande expansão econômica e introdução de novas racionalidades da agricultura

moderna, mas também da permanência de muitas formas de convívio em comunidade, tais como o trabalho em mutirão e as missas comunitárias. Todas as famílias investigadas contaram que “as condições de vida hoje são bem mais fáceis do que as de antigamente”. Em uma família, o marido chegou a falar que “o maquinário disponível hoje em dia deixa bem mais fácil o trabalho do que antigamente, quando tinham que pegar no cabo da lacreia”, referindo-se à enxada.

Todas as famílias participantes da pesquisa têm semelhanças e particularidades, como participação nas reuniões das associações rurais, e exercem com frequência o trabalho em mutirão, na necessidade de algum membro da comunidade rural solicitar, possuem bom relacionamento com as diversas famílias existentes na localidade, exploram de maneira diversificada a sua propriedade com a produção de café, torrefação, apicultura, cultivo de diversos alimentos e com a criação de animais para autoconsumo. Existe a possibilidade de comercialização desses produtos na feira municipal e em outros espaços, como a merenda escolar. Certamente, esses aspectos interferem diferentemente em cada família quanto às decisões com relação à posse das terras, à herança e aos problemas com sucessão familiar.

Em relação aos planos sucessórios para a continuidade na atividade, constatou-se, por unanimidade, a preocupação dos agricultores para a continuidade da atividade pelos filhos

Por meio do exame da ocupação dos possíveis sucessores, há tendência à sucessão das propriedades e à passagem de sua gestão para os filhos homens, enquanto as mulheres possuem outras ocupações fora da propriedade. Essa tendência é confirmada em análise aos dados obtidos das dez famílias das comunidades rurais Capoeirinha e Dois Paus. Temos vinte e dois filhos e filhas que moram ou trabalham na propriedade.

Na mesma análise foram detectados 4 filhas e um filho que residem em outras cidades onde estudam e trabalham.

Em termos analíticos vemos que as filhas tem maior escolaridade e procuram maior capacitação instrutiva do que os filhos mostrando uma tendência que a gestão da propriedade ficará com os filhos homens. Porém cabe ressaltar, no discurso das famílias com filhos e filhas, que os casais não manifestaram preferência por um dos gêneros para a continuidade na propriedade. Simplesmente o único pedido que fizeram aos filhos é que não vendessem de forma nenhuma a propriedade pelo grande valor emocional.

Em uma família composta por dois filhos aconteceu uma curiosidade: nenhum dos dois filhos apresentou interesse na continuidade na propriedade. Esses dois filhos não se

adaptaram à rotina braçal da propriedade, estando sem ocupação e vivendo à custa dos pais. Diante dessa situação, o pai teve que responder ao questionário sussurrando, pois “os filhos não podem ficar sabendo, não gostam que eu fale com os outros sobre isso”. Em outra família, até o momento, os sucessores mostraram-se desinteressados, fato que obrigou o pai a arrendar a maioria das terras, mesmo alertando os filhos que aquele pedaço de chão tem valor inestimável para ele. Ao que tudo indica, a sucessão ocorrerá, mas a distribuição das terras em forma de testamento é praticamente um assunto que não se fala em vida.

Diante dessas considerações, mesmo que a composição de idade e nível educacional dos sucessores seja bastante heterogênea, alguns já até assumiram o controle de algumas atividades agrícolas e até então não houve disputas entre os sucessores e nem mesmo a preferência de algum dos filhos para continuar na atividade. Há preocupação evidente dos pais também com relação ao possível casamento dos sucessores já que, segundo eles, podem ser intensamente influenciados pelos seus cônjuges.

As relações entre famílias e comunidade acontecem dentro das relações sociais humanas, apresentando cooperativismo, união, celebrações, mas também conflitos. Isso fica evidente em função da existência da associação, das festas realizadas entre seus membros, na participação da igreja, nos fatos em comum. Por outro lado, muitos membros da associação não participam de maneira efetiva das rotinas, gerando alguns conflitos na condução da associação. As famílias entrevistadas participam das ações que a associação dos produtores promove, mas também praticam relações bilaterais com outras famílias da mesma comunidade rural ou de outras comunidades, como mutirões de trabalho em prol de alguma família.

Segundo a entrevista com os representantes da Emater/MG, a instituição faz um trabalho importante de assistência com o pequeno produtor, que interfere na possibilidade de se praticar uma agricultura mais diversificada e, assim, aumentar os rendimentos das famílias, favorecendo a permanência na atividade. Observamos que se realizam programas que têm bom propósito, como o Minas sem Fome, no qual são distribuídas sementes das mais variáveis hortaliças e cereais, promovendo-se a diversificação agrícola e a segurança alimentar. A feira do produtor também oferece boa oportunidade para o escoamento da produção diversificada. As reuniões comunitárias e a associação rural fortalecem bastante as relações entre os pequenos agricultores. Todas as famílias sabem da importância que têm as diversificações agrícola, econômica, social dentro do município.

A Emater possui programas de capacitação junto à juventude rural e sobre a importância da sucessão no campo. Só que não foi detectado nenhum projeto efetivo dentro das famílias entrevistadas, vigorando somente o estímulo à comercialização de produtos agrícolas das propriedades por meio da feira dos produtores e, no mais, alguma assistência técnica pontual.

A sucessão pode ocorrer pelo convívio geracional, em que os valores passados pelos pais durante a “criação” determinam a vontade que cada sucessor apresenta para a manutenção da pequena propriedade. Embora aconteça enquanto um processo, há que examinarmos as estratégias matrimoniais e produtivas (a diversificação) das famílias, além da ocupação dos filhos e filhas. Resta conhecer o que ocorrerá depois do casamento dos sucessores, como os cônjuges agirão a respeito da herança após a morte dos pais. Acreditamos que conflitos familiares possam ocorrer durante o processo, bem como as condições para a produção agropecuária podem sofrer alterações quanto ao incremento da renda familiar, assim como as outras fontes de renda, alterando o quadro investigado. Tais indagações podem ser válidas para a realização de pesquisas que possam contribuir para se esclarecer o processo de sucessão e se há planejamento sucessório nas novas famílias das pequenas propriedades rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Estudos Rurais**. São Paulo/ Campinas: Editoria Hucitec/Anpocs, 1992.

ABRAMOVAY, R. et al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. Revista de Economia Agrícola, volume 50, número 1, 2003 ISSN 1678-8311.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural** Cadernos de Ciência & Tecnologia – Vol. 15, no 1:132-152, jan/abr. 1998.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ALTAFIN, I. 2007. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALVES, Eliseu. **Migração Rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**. In **Embrapa informação tecnológica**. Brasília, DF, 2006, p.7-176.

BRASIL- Portal Brasil Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>
Acesso em:15 mai. 2016

BRUMER , Anita; ROSAS, Eduardo Nunes L.; WEISHEIMER, Nilson. **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. In: Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa), 10, Rio de Janeiro, 2000.

BRUMER , Anita; SEVILLA , Gabriela Garcia; LOPES , Milena Nunes. **A inserção de mulheres jovens na agricultura familiar no extremo sul do Brasil**. In: XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norway, julho de 2004.

BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. **Sete teses sobre o mundo rural**. Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

BURTON, R.; WALFORD, N. **Multiple sucession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?**. Journal of Rural Studies, Londres, v. 21, p. 335-347, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinqüenta anos**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARNEIRO, MARIA JOSÉ. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 22-55. ISSN 1805-9584.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurano: campo e cidade no horizonte dos jovens**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al.(Org.)Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 70-82.

CHEMIN Beatris Francisca; AHLERT Lucilda. **Estudo e Debate**. Lajeado, v. 17, n. 1, p. 50-52, Jan. 2010.

COMASSETTO, L. R. **A comunicação como fator para a sucessão e transformação na agricultura familiar**. Esferas. V. 1. p. 111-119, 2012.

COSTA, C. da. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.20, n.3, p.22-51, set./dez., 2013.

DE MERA, C.M.P. ; NETTO C.G.A.M. 2014, “ **Envelhecimento dos produtores no meio rural na região do Alto Jacuí/ RS e conseqüente migração para cidade**”, Estd. Interdiscipl. envelhec., Porto Alegre, v.19, n.3, p.759-774, 2014.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **O fim do êxodo rural?**. In: Encontro Nacional de Economia Política, 6., 2001, São Paulo. Anais... São Paulo:

Sociedade Brasileira de Economia Política, 2001. (CD ROM – Mesa 25: Transformações no campo brasileiro).

DUQUÉ, Ghislaine; SOUSA, Emilene Leite de. **De geração a geração: um estudo sobre a disposição dos jovens em assumirem o trabalho agrícola**, UFPB. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

DUVAL, H. C. **BENS MATERIAIS E SIMBÓLICOS: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo** 494 p. Tese (Doutorado) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH. Campinas 2015.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GASSON, Ruth e ERRINGTON, Andrew - **The farm family business** - Wallingford, Cab International, 1993, 290 p.

GRISA, C. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Disponível em:

http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=311160

Acesso em: 30 ago. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm

Acesso em: 30 ago. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

Acesso em: 26 set. 2015.

IMA- Instituto Mineiro de Agropecuária. Disponível em:

<<http://www.ima.mg.gov.br/certificacao/cafe>>. Acesso em: 03 out. 2015.

JUCHEM, Dionise M. et al. **Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas**. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/92.pdf>. acesso em :02/11/2015

LEFORT J.P. **A Diocese da Campanha**, 1989.

LESSA, C. M. **Riscos na sucessão em empresas familiares**. Disponível em: Acesso em: <http://www.jps.com.br/artigos/familiar_port.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

LODI, J.B. **A empresa familiar**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

LONGENECKER, J. G; MOORE, C.W; PETTY, J.W. **Administração de pequenas empresas**. Trad. Maria Lúcia G. L. Rosa e Sidney Stancatti. São Paulo: Makron, 1997.

KAGEYAMA, Â. e BERGAMASCO, S. M. P. **Novos dados sobre a produção familiar no campo**. XXVII Congresso da SOBER. Piracicaba, 1989.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cr%3%A9dito-para-agricultura-familiar-possibilita-perman%3%Aancia-de-jovem-no-campo> Acesso em: 04 out. 2015.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza M. (2014), “**A Agricultura Familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente**”, REN - Revista Econômica do Banco do Nordeste, Fortaleza, v. 45, p. 6-17, 2014 (suplemento especial).

ONU- Organização das Nações Unidas
Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31919-onu-projeta-que-populacao-mundial-chegue-aos-85-mil-milhoes-em-2030>
Acesso em: 23 mai. 2016

MINAS GERAIS, SECRETARIA DE AGRICULTURA. **Programa Sistema de Realidade Municipal**. Emater/MG, 2004.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.); MELLO, Márcio Antonio; DORIGON, Clovis V.; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Os impasses sociais da sucessão**

hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SINDICAFÉ- Sindicato da Indústria de Café de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.sindicafe-mg.com.br/plus/modulos/conteudo/?tac=tipos-de-cafe> Acesso em: 26 set. 2015.

SIQUEIRA , Luiza Helena Schwantz de. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SPANEVELLO, R.M. 2008. **A Situação das Filhas na Transmissão do Patrimônio da Agricultura Familiar.** Proceedings Fazendo Gênero 8, Florianópolis, 25-28 August, 1-7.

TEDESCO, J.C. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural.** Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TEIXEIRA , Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

WEISHEIMER, Nilson **REVISTAELETRONICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.** DESIDADES ISSN 2318-9282, dezembro 2013, acesso em 02/11/2015.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sínticas no Nordeste.** São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

APÊNDICE 1: Questionário semiestruturado guia para as entrevistas com os proprietários rurais.

Identificação dos proprietários (casal)

Nome: _____

Nome: _____

Localidade: _____

BLOCO I

CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES

1. Idade: H: _____ M: _____

2. Aposentado (A):

Homem

Sim () Tipo de aposentadoria: _____

Não () O que falta: _____

Mulher

Sim () Tipo de aposentadoria: _____

Não () O que falta: _____

3. Como obteve a propriedade:

() herança

() parte por herança, parte por aquisição

() posse

() outros. Qual? _____

4. Possui alguma outra propriedade?

() Sim Qual? _____

() Não

5. Composição da família: (começando pelo chefe da família)

Nome	Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Residência	Ocupação

6. Possui filhos sucessores? () Sim () Não

7. Qual o sistema produtivo da propriedade?

Produção comercial: _____

Autoconsumo: _____

8. Como é o acesso à água na propriedade?

Bloco II

Continuidade na atividade agrícola

1. Qual sua perspectiva para a continuidade da vida no campo?

2. A situação do agricultor atualmente é mais favorável do que no passado?

3. Houve estímulos por parte do casal para a permanência dos filhos na propriedade?
Influenciaram algum filho a trocar de atividade?

4. Foi feito algum tipo de estímulo para os (as) filhos(as) terem interesse em permanecer na propriedade?

Bloco III

Transmissão patrimonial (sucessores)

1. Qual destinação pretende dar para a propriedade?

2. Já houve planejamento sobre a transmissão do patrimônio ou ainda não foi definida?

3. Quando pretende fazer a transmissão do patrimônio?

4. Há divergências entre os filhos que vocês acreditam serem capazes de inviabilizar futuramente o estabelecimento familiar?

APÊNDICE 2: Questionário semiestruturado guia para as entrevistas com os sucessores rurais.

Identificação do sucessor

Nome: _____

Localidade: _____

1) De que forma ocorreu a sucessão?

2) Como se fortaleceram os laços familiares?

3) Qual o critério utilizado para a escolha do sucessor?

4) Como lidar com os atritos internos da família sem colocar em risco o futuro da propriedade?

5) Todos os irmãos trabalham na propriedade? Como cada um se envolve no trabalho?

6) Todos os filhos querem ficar morando e trabalhando na propriedade?

7) Como é sua relação com os irmãos (herdeiros)?

8) Quais as facilidades obtidas com a sucessão?

9) As decisões do gerenciamento da propriedade são tomadas em conjunto?

10) Você é muito cobrado pelos resultados da gestão da propriedade?

11) Um dos provérbios mais repetidos na sucessão familiar é “Pai rico, filho nobre, neto pobre”. Você acredita que a propriedade não será dividida na falta dos pais?
